



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



ARLINDO WEBER DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÕES DE GÊNERO NAS ESCOLAS ATENDIDAS PELO PROERD: UM
ESTUDO A PARTIR DOS RELATOS DE PROFESSOR@S (SÃO LEOPOLDO/RS)**

CANOAS, 2014

ARLINDO WEBER DE OLIVEIRA

PERCEPÇÕES DE GÊNERO NAS ESCOLAS ATENDIDAS PELO PROERD: UM ESTUDO A PARTIR DOS RELATOS DE PROFESSOR@S (SÃO LEOPOLDO/RS)

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Borges

Coorientação: Prof^a. Dr^a. Paula Pinhal de Carlos

CANOAS, 2014

ARLINDO WEBER DE OLIVEIRA

PERCEPÇÕES DE GÊNERO NAS ESCOLAS ATENDIDAS PELO PROERD: UM ESTUDO A PARTIR DOS RELATOS DE PROFESSOR@S (SÃO LEOPOLDO/RS)

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle – Unilasalle, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovado pela banca examinadora em 29 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria de Lourdes Borges
Orientadora - UNILASALLE

Prof^a. Dr^a. Paula Pinhal de Carlos
Coorientador - UNILASALLE

Prof^a. Dr^a. Aline Accorssi
UNILASALLE

Prof^a. Dr^a. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin
UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, em quem deposito minha fé particular e que me dá forças para superar os desafios.

Aos meus amados pais, familiares e esposa pelo incentivo e compreensão das muitas ausências.

A orientadora e coorientadora que colaboraram bastante para a superação de alguns obstáculos e também pelas correções e atitudes.

As professor@s que participaram da pesquisa.

Aos colaborador@s que permitiram a realização deste trabalho.

A tod@s que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, a partir dos relatos de professor@s, as percepções de gênero nas escolas atendidas pelo PROERD em escolas do município de São Leopoldo/RS, em 2013, cometidas por alun@s em ambiente escolar. O percurso metodológico envolveu a realização de uma pesquisa qualitativa, onde foram realizadas observações e sete entrevistas semiestruturadas. A partir da análise de conteúdo dos dados sistematizados foram destacadas as seguintes categorias: Preconceito d@s professor@s com relação a gênero, currículo oculto, *bullying* e *bullying homofóbico*. Os resultados indicaram dificuldade de evidenciar, a partir da percepção d@s professor@s, manifestações de violência de gênero, explícitas e implícitas, nas escolas no período estudado. Tais aspectos, bem como as categorias que se sobressaíram na análise, podem estar ligados à falta de percepção d@s professor@s acerca de atos de violência de gênero. Pode-se conjecturar dois motivos para o que pode ser determinado de "embotamento perceptivo": falta de conhecimento d@s professor@s sobre o tema "violência de gênero", bem como preconceitos d@s professor@s com relação à sexualidade. Se tais reflexões têm um fundo de verdade, os resultados indicariam que a situação pode se revelar ainda mais grave na medida em que manifestações de violência de gênero possam estar acontecendo nas escolas, mas não estão sendo percebidos/identificados por ess@s professor@s e, conseqüentemente, a escola não está lidando adequadamente com tais situações.

Palavras-chave: Violência de Gênero. Escolas. PROERD.

ABSTRACT

This research aims to examine, from the reports of teacher, perceptions of gender in schools served by PROERD schools in the city of São Leopoldo /RS, in 2013, committed by students in a school environment. The methodological approach involved conducting a survey qualitative, observations where seven semi-structured interviews were conducted. From the content analysis of systematic data the following categories were highlighted: Bias of teachers in terms of gender, the hidden curriculum, bullying and homophobic bullying. Results showed evidence of difficulty, from the perception of teachers, manifestations of violence gender, explicit and implicit, in schools during the study period. Such aspects as well as the categories that stood out in the analysis can be linked to lack of teachers' perception about gender violence. It may be conjectured two reasons for which can be determined "perceptual dulling": lack of teacher knowledge about "gender violence", and prejudices of teachers with regard to sexuality. If these reflections have a grain of truth, the results indicate that the situation may prove even more serious insofar as manifestations of gender violence in schools may be happening, but are not being perceived / identified by these teachers and, consequently, the school is not dealing with them adequately.

Keywords: Gender Violence. Schools. PROERD.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Tipos de violência.....	20
Quadro 2 – Visão do conceito de violência.....	22
Figura 1 – Desenho da pesquisa.....	48
Quadro 3 – Sistematização das entrevistas.....	48
Figura 2 – Fases da análise de conteúdo.....	56
Quadro 4 – Caracterização das escolas.....	54
Quadro 5 – Orçamento de gastos para produção da cartilha.....	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	Violência	19
2.2	Gênero e Violência	24
2.2.1	<i>Gênero</i>	25
2.2.2	<i>Violência de Gênero</i>	28
2.3	Violência de gênero nas escolas	30
2.3.1	<i>Violência nas escolas</i>	33
2.3.1.1	<i>Bullying</i>	37
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	39
3.1	Contextualização: PROERD	39
3.2	Contextualização das escolas	43
4	PERCURSO METODOLÓGICO	46
4.1	Delineamento da pesquisa	46
4.2	Desenho da pesquisa	47
4.2.1	<i>Confecção do referencial teórico</i>	48
4.2.2	<i>Coleta dos dados</i>	49
4.2.3	<i>Sistematização dos dados</i>	52
4.2.4	<i>Análise dos dados sistematizados</i>	55
5	ANÁLISE DOS DADOS	58
5.1	Categoria de Análise: preconceitos relacionados a gênero	58
5.2	Categoria de análise: Currículo oculto	62
5.3	Categoria de análise: Bullying	65
5.4	Categoria de análise: <i>Bullying homofóbico</i>	67
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
7	PRODUTO FINAL	76
7.1	Palestra de sensibilização para professor@s	76
7.1.1	<i>Justificativa</i>	76
7.1.2	<i>Objetivo</i>	77

7.1.3	<i>Formato</i>	77
7.1.4	<i>Metodologia</i>	78
7.1.5	<i>Avaliação</i>	79
7.2	Cartilha Sobre Violência de Gênero	79
7.2.1	<i>Justificativa</i>	80
7.2.2	<i>Objetivos</i>	80
7.3	Formato	81
7.4	Metodologia	81
7.5	Orçamento	82
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	89
	APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas	91
	APÊNDICE C – Ficha de Avaliação da Palestra	92
	ANEXO A – Reportagem curso mediação de conflito	94
	ANEXO B – Reportagem Raio-X da Cultura em São Leopoldo	96
	ANEXO C – Reportagem Jornal VS Formatura PROERD 2º semestre/2013	97
	ANEXO D – Custo por não cuidar dos jovens	98
	ANEXO E – Artigo Violência Escolar X Classe Social	99
	ANEXO F – Artigo IX Semana Científica Unilasalle – SEFIC 2013 ..	101
	ANEXO G – Artigo X Semana Científica Unilasalle – SEFIC 2014 ...	102
	ANEXO H – Trabalho publicado no II Jornadas Mercosul	103

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema “violência de gênero nas escolas” iniciou durante as atividades como policial militar e instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), uma vez que ali surgiram vários questionamentos durante conversas realizadas com professor@s¹ acerca do tema violência. O tema da violência preocupa a sociedade como um todo, atingindo também as escolas, e precisa ser trabalhado não apenas pelos professor@s, mas por todas as instituições. De acordo com Waiselfisz (2013), o mapa da violência no Brasil mostra que no período de 1980 – 2011, os homicídios cresceram 132,1%. Já os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, através dos indicadores criminais existentes em seu endereço eletrônico, mostram que no primeiro trimestre de 2013, o município de São Leopoldo apresentou a quantidade de 13 homicídios, 1.027 furtos e 371 roubos nesse período, sendo que no trimestre seguinte, apresentou a quantidade de 13 homicídios, 1.128 furtos e 449 roubos. Com o aumento de um trimestre para o outro, o município de São Leopoldo é considerado um dos municípios mais violentos do Estado, o que o torna contexto interessante de estudo para fins desta pesquisa.

O fenômeno da violência faz parte da vida cotidiana da sociedade, podendo apresentar-se das mais diversas formas, como será demonstrado durante o desenvolver deste trabalho. O aspecto que mais chama a atenção diz respeito ao aumento de manifestações de violência envolvendo alun@s em escolas do município de São Leopoldo. Os relatos de professor@s giram em torno de situações de violência que ocorrem nos bairros, nas residências e que acabam repercutindo dentro do ambiente escolar através de desentendimentos, brigas, ameaças e desrespeito. Muitas vezes, professor@s relatavam que registros e encaminhamentos eram realizados, ações de prevenção de órgãos competentes eram desencadeadas e, em sua maioria, não surtiam efeito, no seu ponto de vista.

Alguns professor@s chegaram a comentar, informalmente, com este autor que, na sua percepção, alun@s estão imersos numa cultura de violência nos locais onde moram e parece impossível atingi-los. Cabe ressaltar que muitas dessas

¹ Optou-se por utilizar a linguagem inclusiva com o uso do @, pelo fato deste trabalho ter como tema central a questão de gênero. Utiliza-se mais frequentemente alun@s (referindo-se a alunas e alunos) e professor@s (referindo-se à professoras e professores).

ocorrências descritas envolvem a questão de gênero como, por exemplo, a participação cada vez maior de meninas que estão se reunindo em grupos para protegerem-se e para intimidar outras meninas, são os chamados “bondes²”, que até então eram formados apenas por meninos. Segundo relatos de professor@s, esses “bondes” estão cada vez mais presentes nas escolas, resultando em violência física através das brigas envolvendo menin@s. Segundo relatos de muitos professor@s, brigas seriam atitudes típicas de meninos e não de meninas.

Diante do contexto descrito, do constante convívio com situações de violência nas escolas contempladas pelo programa PROERD de São Leopoldo (RS) e quando da entrada no mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle-UNILASALLE, percebeu-se que havia uma questão de pesquisa importante a ser estudada sobre o tema da violência nas escolas. A oportunidade de pesquisa gira em torno da busca pelo entendimento de como acontece a violência de gênero dentro das escolas que são atendidas pelo PROERD, nas quais o pesquisador trabalha como policial militar e instrutor do referido programa.

Por conta disso, entende-se que o tema da violência de gênero é importante, especialmente em um contexto de escolas que se deparam frequentemente com tais situações, envolvendo violência de diversos tipos. Muitas vezes, o fato de não pertencer ou de não respeitar o gênero oposto, é o fator motivacional para uma ação violenta. Em algumas manifestações de violência relatadas por professor@s, o motivo de ações violentas se dá pelo fato de uma menina ir com uma roupa mais curta ou pelo fato de um menino estar brincando com meninas na hora do recreio, por exemplo.

Pensou-se então, como Produto Final do mestrado profissional, uma proposta de construção de algo que vise capacitar professor@s sobre o tema violência de gênero, pretendendo instrumentalizá-los para instruir alun@s na igualdade de gênero. Pretende-se, portanto, contribuir através de material didático (construção de um folder explicativo) e de aplicação de uma palestra de capacitação para professor@s.

O tempo de permanência de alun@s na escola sob o monitoramento de professor@ é, muitas vezes, maior que o dos próprios pais ou responsáveis. O

² violência caracterizada por condutas agressivas e antissociais que acontecem na escola, incluindo conflitos interpessoais, além de agressões a professores e demais funcionários, ou envolvimento em grupos característicos do fenômeno da violência em ambiente urbano como as denominadas gangues (LOURENÇO; SENRA, 2012).

professor@ acaba assumindo alguma atividade de orientação, pois atua diariamente em um ambiente com os mais variados comportamentos. Essa interlocução feita pel@ professor@ em sala de aula, ou nos espaços da escola, permite discutir temas ligados a várias questões, dentre elas questões de gênero.

Através dessas interações cotidianas, percebe-se as manifestações através da expressão de ideias, valores que terminam por retratar a cultura local. É onde várias concepções surgem acompanhadas de um processo de amadurecimento, de medo, de novas responsabilidades, de rebeldia, das transgressões decorrentes de restrições impostas, entre outras. É o momento em que alun@s de todas as idades estabelecem toda sorte de relações interpessoais e emocionais, possibilidade de liberdade, violência etc. Diante desse contexto, Louro (2007) entende que o professor@ percebe que a verdade é plural, que deve estar atento em relação ao caráter político de suas ações cotidianas, às estratégias públicas e privadas que são postas em ação, enfim, de se voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade.

O presente projeto de pesquisa surge diante de uma realidade escolar existente onde alun@s estão sendo vítimas/autor@s de atos de violência de gênero em ambiente escolar, às vezes de forma clara, e, em outras, subentendidas. Em algumas manifestações, quando professor@s se deparam com situações em que alun@s não se encaixam nos estereótipos de gênero previamente designados, há o surgimento de uma possível violência de gênero, pelo fato de apresentar diferença em relação ao gênero. Por exemplo, em atividades esportivas, muitos meninos não permitem que meninas participem de jogos, tidos por eles, somente de meninos. Em outros momentos, onde meninas estão jogando e convidam alguns meninos para participar, os que aceitam são “zoados” e chamados de “mulherzinha e mariquinha” (sic). Essas experiências ocorrem em ambiente escolar e são geralmente presenciadas por professor@s. Existem, também, aqueles momentos não explícitos, mas que fazem com que menin@ seja excluído do grupo ao qual pertence, causando sofrimento. Essas manifestações, tanto explícitas quanto implícitas, estão presentes no dia a dia dessas crianças e adolescentes, os quais precisam receber uma atenção especial.

De acordo com Oliveira A. (2010), em um estudo realizado em escolas do município de São Leopoldo/RS no ano de 2010, a violência esteve presente em todas as escolas pesquisadas, independente de estarem localizadas em um bairro

com maior ou menor vulnerabilidade³ social. Segundo o autor, que é o mesmo da presente pesquisa, a violência está presente em escolas públicas e privadas daquele município, tornando-se assim um fator preocupante tanto para a comunidade escolar quanto para as autoridades policiais locais. Aquele estudo já apontou a necessidade de aprofundamento do tema violência de gênero, porque é um assunto presente na maioria das escolas do município, necessitando de ações de prevenção e de redução de tais índices. Essas ações poderão ocorrer no momento em que professor@s possuem capacitação para agir diante de uma situação que envolva violência de gênero em sua sala de aula ou, até mesmo, no ambiente escolar como um todo.

As escolas precisam estar preparadas, e professor@s devem estar atentos a questões relacionadas à violência em ambiente escolar, em especial no que diz respeito à violência de gênero, permitindo uma educação de respeito à diferença. Nesse contexto, ações que procurem tornar professor@s capazes de agir frente a uma ocorrência de gênero significam contribuir para uma construção responsável no processo de formação de cidadãos. Além do conteúdo programático, que tem muito valor, nos dias atuais é preciso e necessário que haja uma transmutação da educação formal por parte das escolas e de professor@s, estando esses atentos aos avanços contemporâneos. A escola é um espaço onde essas relações interpessoais acontecem e são fundamentais para o crescimento individual, possibilitando que o indivíduo ingresse no mercado de trabalho preparado para enfrentar as realidades existentes.

Assim, as questões suscitadas nesta contextualização levam ao problema de pesquisa, que é: tem-se como questão central desta investigação buscar responder à questão: Como a violência de gênero se manifesta explícita e implicitamente em alun@s, a partir dos relatos de professor@s em escolas que foram atendid@s pelo programa PROERD no município de São Leopoldo/RS.

As questões norteadoras que conduzirão a caminhada investigativa são:

- a) de que maneira a violência de gênero se apresenta explicitamente entre alun@s a partir dos relatos de professor@s?
- b) de que maneira a violência de gênero se apresenta implicitamente entre alun@s a partir dos relatos de professor@s?

³ Condição de desapropriação de determinados bens que momentaneamente ou perpetuamente incidem sobre a qualidade de vida dos indivíduos (SILVA, 2010).

- c) como é possível instrumentalizar professor@s para melhorar suas ações frente a ações explícitas ou implícitas de violência de gênero?

A presente pesquisa busca analisar, as percepções de professor@s, as manifestações explícitas e implícitas de violência de gênero ocorridas em escolas do município de São Leopoldo/RS, em 2013.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) identificar se/como são percebidos, por professor@s, manifestações de violência explícita/implícita de gênero entre alun@s;
- b) analisar como são entendidos, pelos professor@s, manifestações de violência explícita/implícita de gênero entre alun@s;
- c) elaborar um projeto de capacitação voltado a professor@s com o tema “Violência de gênero nas escolas”.

A violência é um tema que preocupa toda a comunidade escolar. Professor@s deparam-se com atos de violência implícitos ou explícitos e, muitas vezes, não estão capacitados para tomar uma atitude e nem mesmo para lidar com o problema. Este trabalho surge para explorar aspectos que envolvem a violência de gênero presente em escolas atendidas pelo programa PROERD no município de São Leopoldo. A partir dos relatos, observações e reportagens coletados durante o período de agosto a dezembro de 2013, procurar-se-á identificar as formas com que a violência de gênero pode se apresentar e, com isso, procurar contribuir com um produto final do mestrado profissional, que pretende colaborar para a diminuição de ocorrências de violência de gênero não apenas nas escolas, mas também em outros ambientes. Este tema é, sem dúvida, um assunto muito importante e atual que está sendo vivenciando em toda a sociedade. Para Babiuk et al. (2013), o gênero acontece a partir da construção social e a violência é um fenômeno que está inserido na dinâmica das relações sociais. Ora, se a violência envolve questões como desigualdade social, possivelmente ocorrerá manifestações relacionadas a gênero, uma vez que gênero se dá a partir dessas construções sociais. Observa-se que já houve avanços sobre o tema da violência de gênero. Um exemplo é a Lei Maria da Penha, que surgiu em 2006 e que de lá para cá representou uma conquista para as relações de gênero mais igualitárias e para toda a sociedade, em busca de uma sociedade sem preconceitos e, sobretudo, com oportunidades iguais para homens e mulheres. De acordo com a Lei número 11.340, de 07 de agosto de 2006, a popular lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência

doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art.226 da Constituição Federal. A Lei Maria da Penha foi fruto de uma luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres por uma legislação mais justa, garantindo direitos, proteção e fortalecendo a autonomia das mulheres. Além disso, a presente lei procura proporcionar, dentro das possibilidades, um atendimento mais igualitário para as mulheres e contribuir para educar a sociedade à medida que procura agregar valores de direitos humanos. Embora a lei Maria da Penha não tenha produzido todos os efeitos desejados e esperados, sem dúvida foi uma importante conquista obtida, ainda que haja muito por se fazer sobre esse assunto.

De acordo com o artigo 5º da Lei Maria da Penha, “configura violência contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2012, p. 18). Portanto, observa-se que a violência de gênero apresenta relevância nos dias atuais, embora apresentando resquícios de uma sociedade dominada pelos homens, as mulheres estão obtendo conquistas importantes e, com isso, há avanços na busca pela igualdade sem preconceitos.

A partir deste trabalho, espera-se que o tema seja discutido no âmbito das escolas de ensino fundamental. Espera-se, ainda, que os resultados obtidos com a presente pesquisa possam ajudar professor@s a enfrentar temas relacionados à violência de gênero, criando alternativas de ação. E mais, almeja-se que ao trabalhar aspectos culturais, seja possível a construção de uma gestão cultural de maneira a contribuir para um processo de socialização, onde seja possível ajudar a desnaturalizar e desconstruir as desigualdades de gênero a partir dos questionamentos e reflexões das desigualdades.

Na experiência do autor deste trabalho, como instrutor do PROERD, por mais de uma vez, observou que alguns professor@s preferem “fazer de conta” que não estão percebendo ocorrências de violência de gênero, por não deixar-se envolver. Em muitos relatos informais, professor@s alegam que não se envolvem em manifestações de violência pelo medo de dar depoimento e também pelo fato de ir para uma Delegacia de Polícia. Em outros casos, não querem se “expor” com medo de represália por parte de alun@s e, até mesmo, da direção da escola. Além disso, muit@s professor@s desconhecem as formas legais de ocorrências e encaminhamentos que são realizados quando presenciam atos de violência. Muitas vezes, observou-se que professor@s interpretam muitos atos de violência como

sendo de indisciplina e com isso acabam por não realizar o encaminhamento correto. Muitas dessas ações acabam por se tornar repetitivas, especialmente quando professor@s acabam “fazendo vistas grossas” para atos de contravenções penais em ambiente escolar.

É possível que a escola tenha profissionais mais capacitados no assunto, possibilitando um diferencial em termos de conhecimento, garantindo que os registros e encaminhamentos que ocorrerem sejam feitos de forma mais adequada e que, acima de tudo, possam trazer o resultado esperado, que é a solução do conflito. Essa capacitação ocorrerá a partir dos resultados da presente dissertação, partindo de estudos de casos ocorridos naquele ambiente e no contexto social em que a escola está inserida. Portanto, a realidade de cada escola será analisada a partir das manifestações relatadas pel@s participantes. Como já mencionado, a pesquisa realizar-se-á em escolas municipais de São Leopoldo que estão em situação de vulnerabilidade social e que foram contempladas com o programa PROERD no segundo semestre de 2013. Os sujeitos da pesquisa do presente projeto serão professor@s que trabalham com as turmas envolvidas com o programa.

O PROERD é um programa que apresenta uma grande aceitação por parte da sociedade Leopoldense e, principalmente, por diretor@s, professor@s e alun@s, conforme é possível observar na reportagem do ANEXO A. Tal programa é visto como mais um aliado que contribui para questões preocupantes, como é o caso das drogas e da violência. Percebe-se, por meio da observação empírica, que quando se trabalha questões como prevenção à violência em determinada escola, os índices de violência na escola acabam diminuindo, ou, até mesmo não existindo. É uma “parceria”, como é dita informalmente por professor@s, pois ajudam com questões para as quais eles não possuem um conhecimento especializado. Percebe-se que muit@s professor@s, já sobrecarregados de tarefas diárias, ou, muitas vezes, exaustos por percorrerem várias escolas em busca de um melhor retorno financeiro, acabam encontrando no policial PROERD ajuda para abordar esses assuntos.

A possibilidade que professor@s têm de manter contato diariamente com alun@s durante os períodos de aula ao longo da semana faz com que aumente a possibilidade da observação de manifestações de violência entre alun@s. Muitas vezes, professor@s acabam fazendo intervenções e mediando discussões e

conflitos, corrigindo equívocos que surgem a partir de novos questionamentos feitos por alun@s, buscando a solução mais adequada.

Assim, através da percepção de professor@s que lidam com um contexto de violência na escola, espera-se que seja possível refletir sobre as contribuições que a família, a escola e a sociedade podem realizar na construção de um ambiente escolar sem violência. Pensa-se que seja fundamental a interação entre família, escola e sociedade para o enfrentamento de um contexto de violência. A convivência em ambiente escolar, que muitas vezes se manifesta de forma violenta, é, sem dúvida, fruto das relações e experiências que esses adolescentes vivenciam. A família, junto com a escola, é uma instituição fundamental que dá suporte ao crescimento físico, intelectual, emocional e social dos indivíduos, atuando como propulsora ou inibidora. A principal contribuição que se espera da escola refere-se ao conhecimento com uma preocupação no processo ensino-aprendizagem. Já a família, deve fomentar o processo de socialização através da proteção, das condições básicas de sobrevivência e do desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (DESSEN; POLONIA, 2006).

Para se estudar a violência nas escolas, torna-se importante lembrar que é na família que o indivíduo aprende comportamentos (mais ou menos violentos), os quais tende a repetir na escola. Ensinos repassados pela família para @s filh@s geram um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais (DESSEN; POLONIA, 2006). A violência pode ser uma das formas aprendidas na família. De forma específica a cada contexto social, essas relações criam espaços e delimitam possibilidades, gerando modelos de interação entre os sujeitos (professor@s, alun@s, funcionári@s, pais e mães). Esse ambiente possibilita que @ professor@ acompanhe esses agentes cotidianamente, se tornando responsável pela conduta de cada um de seus alunos, proporcionando a eles que levem, para além da escola, os ensinamentos, comportamentos e virtudes que ali aprenderam, estimulando a vontade, treinando o caráter e corrigindo com brandura, sendo o responsável pela formação do indivíduo (LOURO, 2007).

O fortalecimento voltado a uma convivência envolvendo as instituições escola, família e sociedade tornam-se fundamentais para a formação de cidadãos. Essa mudança social relacionada às questões de gênero nos ambientes institucionais de

educação a partir do conhecimento transformado em prática é cada vez mais esperada. O produto final que resulta desta pesquisa pretende ser um instrumento para que ajude professor@s a enfrentar temas relacionados à violência de gênero. Nele há uma tentativa de esclarecer o conceito de gênero e buscar com que alun@s compreendam que a maneira de ser homem ou de ser mulher é construída culturalmente, e que mulheres e homens são frutos da realidade social e não do sexo que possuem biologicamente. Para isso, é produtor que professor@s estejam preparad@s/capacitad@s para realizarem suas atividades em sala de aula, proporcionando assim possíveis mudanças sociais relacionadas ao gênero, pois está em um ambiente institucional de educação (escola) que permite tal mudança. A maneira como isso poderá acontecer poderá partir de abordagens dinâmicas e processos individuais e coletivos relacionados ao tema gênero, por exemplo.

Este trabalho procurou contribuir para estudos na linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural do curso de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, uma vez que investigou como instituições escolares gerenciam seu conhecimento e processos de aprendizagem. Nesse sentido, pode-se compreender que a escola apresenta algumas características de uma instituição cultural, uma vez que nela estão presentes processos de formação e constituição de uma cultura de gênero que se perpetua nas ações da sociedade. Portanto, são mudanças relacionadas às questões de gênero nos ambientes institucionais de educação que a presente pesquisa discute. Além disso, pode-se entender que há nas escolas uma “cultura de gênero”. A cultura de Gênero que se apresenta na escola é a mesma que tende a se perpetuar na sociedade, especialmente no que tange ao seu currículo oculto (MAGALHÃES; RUIZ, 2011), por isso ela pode ser vista como um lócus de mudança social a esse respeito.

Para Almeida (2009), que investigou a construção das identidades sociais de gênero em sala de aula por meio da metodologia da Análise da conversa, os resultados apontaram que quando os participantes das interações percebem que a orientação de gênero do seu interlocutor contraria o entendimento de um “mundo em comum” (heterossexual), os participantes engajam-se em atividades, ações ou atitudes em um trabalho coletivo, a fim de reestabelecer a ordem de gênero, a qual significa ratificação da heterossexualidade e rejeição daquilo que sai da normatividade, considerada, naquele trabalho, como heteronormatividade.

Portanto, não se pode esperar que esta iniciativa do autor possa trazer resultados específicos e aplicáveis para a violência, uma vez que são muitos os fatores responsáveis pela sua ocorrência e vários atores envolvidos na sua existência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor entender o tema da pesquisa sobre a manifestação da violência de gênero em escolas atendidas pelo programa PROERD, no município de São Leopoldo/RS, torna-se necessário que sejam abordados alguns conceitos importantes, que irão ajudar na sua compreensão. A seguir, busca-se aduzir conceitos importantes, que serão apresentados a partir dos seguintes temas: violência, violência de gênero, gênero, violência de gênero nas escolas, violência nas escolas e *bullying*.

2.1 Violência

A violência está presente em nossas vidas desde os tempos de nossos ancestrais, onde havia a necessidade de sobrevivência do ser humano num mundo natural e hostil em relação aos outros animais existentes. Hoje em dia a violência também é empregada, mas de outra maneira e com diferentes contornos (ODALIA, 2004). Esse novo contorno refere-se à violência que faz parte da sociedade, das maneiras e das formas que ela se apresenta, de diferentes razões, determinados costumes, algumas tradições, identificando comportamentos de uma sociedade considerada mais ou menos violenta. Pode se apresentar, muitas vezes, de forma clara, como um ato tipificado ou através de uma conduta prevista, mas pode, acima de tudo, se tornar uma ação sem dimensão da sua compreensão (ODALIA, 2004). Violência, por exemplo, é quando há o exercício de relações desiguais entre as pessoas (relações de gênero), quando um grupo de pessoas ou uma única pessoa exerce poder sobre a outra, quando alguém impede outra pessoa de exercer seus direitos (estudar, trabalhar), entre outras maneiras (ODALIA, 2004).

Foi realizada uma síntese no entendimento em relação aos tipos de violência, como mostra o quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Tipos de Violência

Tipos de violência	Como se apresentam
Violência doméstica	Acontece no ambiente da casa, da família, do lar ou com pessoas que convivem mais perto e cotidianamente, tendo como consequência danos físicos, sexuais, econômicos, patrimoniais, morais ou psicológicos.
Violência sexual	Dano por meio de força física e psicológica, que obriga a outra Pessoa a executar ato sexual contra sua vontade ou degradante. Essa violência pode ocorrer de formas e situações como sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil ou adulto, assédio sexual, insinuações constrangedoras entre outras.
Violência física	Dano causado por meio da força física ou algum tipo de arma, podendo provocar, ou não, lesões externas, internas ou ambas.
Violência psicológica	Dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa pelas desqualificações, humilhações e ameaças.
Violência econômica ou patrimonial	Quando é impedida de trabalhar e não ter, ao mesmo tempo, a garantia de sua sobrevivência, ou se seus pertences forem destruídos (documentos pessoais, roupas, aparelho de telefone, móveis, e outros).
Violência moral	Quando a conduta configurar calúnia ⁴ , difamação ⁵ ou injúria ⁶ .
Violência institucional	É aquela exercida nos serviços públicos ou instituições de âmbito social religioso ou privado. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso ou até a qualidade dos serviços.

Fonte: Embasado em CORNAGLIA, 2010.

Pode-se observar no quadro 1, que são categorizados diversos tipos de violência, tais como: violência do tipo doméstica, sexual, física, psicológica, econômica ou patrimonial, moral e institucional. Tais tipos apontam os diferentes espaços em as diversas formas de violência podem ocorrer, inclusive no ambiente escolar.

Outros autores como Dick e Ferreira (2009, p. 42), também categorizam três tipos de violência:

- a) violência direta, que se refere aos atos físicos que tem como resultado um prejuízo deliberado à integridade da vida humana. Pertencem a essa modalidade todas as formas de homicídio (assassinatos, chacinas, genocídios, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres civis);
- b) violência indireta, que envolve tipos de ação conhecidas como coercitivas, em que o sujeito é obrigado a fazer o que se pede com

⁴Afirmção falsa e desonrosa sobre alguém (HOUAISS, 2004, p.126).

⁵Desmoralizar, falar mau de (HOUAISS, 2004, p. 247).

⁶Acusação, insulto, ofensa (HOUAISS, 2004, p. 417).

- prejuízo pessoal; vale como exemplo o assédio moral, em muitas empresas;
- c) violência simbólica, que envolve relações de poder interpessoais ou institucionais que cerceiam a livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos.

Portanto, a violência pode apresentar-se através de diferentes formatos, possuindo características específicas como a integridade física (violência direta), prejuízo pessoal (violência indireta) ou restrição (violência simbólica, onde a vítima sofre uma limitação). Para esses autores, a violência direta é aquela que se apresenta de forma visível, seja através de um corte ou de um hematoma, sendo assim, mais fácil de ser visualizada por qualquer pessoa. Já a violência indireta, é aquela que não aparece visivelmente, “não deixa marcas” como a violência física e, por isso, não é possível identificá-la no primeiro momento. Esse tipo de violência é difícil de ser identificada, pois envolve todos os tipos de ações coercitivas ou agressivas, que impliquem em prejuízo psicológico ou emocional.

A violência simbólica é aquela que envolve poder e que também é difícil de ser vista como a direta. Seu conceito foi criado por Pierre Bourdieu em 1975, que descreve o processo onde a classe dominante impõe sua cultura sobre a classe dominada (DICK e FERREIRA, 2009). Trazendo para o tema da pesquisa, a violência simbólica poderá ser visualizada em instituições de ensino através do seu corpo docente. Professor@s na transmissão de seus conteúdos acabam, muitas vezes, reproduzindo uma cultura dominante e, dessa forma, contribuindo para uma perpetuação da desigualdade social, uma vez que dependendo do contexto em que determinada escola estiver inserida, haverá realidades distintas e o resultado será o conflito de realidades gerado pela imposição da escola e d@ professor@.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a definir violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE apud KRUG; DAHLBERG, 2007, p. 5).

Pode-se perceber, na definição da OMS, que violência pode ser tanto o uso da força como o uso do poder, gerando um resultado como lesão, dano psicológico e o mais importante para a pesquisa em questão: a deficiência no desenvolvimento ou na privação. Nesse sentido, pode-se pensar que a bagagem trazida por

determinado sujeito será refletida no seu comportamento, que será influenciado pelos fatores sociais aos quais esse indivíduo estará submetido.

Para Safiotti (2004, p. 17), “o entendimento popular da violência apoia-se num conceito que trata da violência como a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima”. Todo o acontecimento que tiver como resultado a violação da integridade da vítima, é tido como violência. Entende-se, portanto, que as diferentes formas de integridade compreendem a forma física, psíquica, sexual e moral.

Já Waiselfisz (1998, p. 145) define violência como sendo “o fenômeno que se manifesta nas diferentes esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado, apreendido de forma física, psíquica e simbólica”. Assim, a violência é um fenômeno complexo que não possui uma causa única, mas vários fatores que contribuem para sua ocorrência.

Quando o indivíduo que passou por experiências/situações de violência começar a se relacionar com outros indivíduos em um ambiente escolar, em relações nas quais ele participa, podem ocorrer conflitos que poderão se transformar em violência. De acordo com a OMS, existem diferentes formas de violência, podendo ser de natureza: física, psicológica, sexual e negligência ou abandono.

Outro conceito de violência é utilizado por Rocha (1996) onde, segundo ele, a violência é a variedade de manifestações com uma força que vai além dos limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas.

Diante das inúmeras fontes sobre violência, apresentadas anteriormente, faz-se necessária a compilação de tais conceitos apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Visão do conceito de violência

Autor (ano)	Descrição do Conceito Resumida
Cornaglia (2010)	Violência do tipo doméstica, sexual, física, psicológica, econômica ou patrimonial, moral e institucional.
Dick e Ferreira (2009)	Violência direta, indireta e simbólica.
Krug e Dahlberg (2007)	Toda a violência que resulte morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.
Safiotti (2004)	Ruptura de qualquer forma de integridade da vítima.
Waiselfisz (1998)	Se manifesta nas diferentes esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado, apreendido de forma física, psíquica e simbólica.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Diante da explanação dos conceitos e aspectos da violência, estudados acima, parte-se para o entendimento de que o conceito mais relevante para a realização da presente pesquisa é aquele adotado por Safiotti (2004), pelo fato de que seus conceitos e suas reflexões vão ao encontro da pesquisa que está sendo desenvolvida. Um fator de importante relevância é o fato de que a violência é vista por ambas as partes como uma das maiores preocupações dos brasileiros, independentemente desse brasileiro ser morador de um grande centro ou não. Outro fator importante é a relação das formas de violência, apresentada pela autora, e as formas de violência que se pretende estudar (explícita e implícita). Para Safiotti (2004), a forma psíquica e a forma moral não são palpáveis, ou seja, não possibilitam a sua visualização. Sendo assim, apresentadas de forma implícita. Já as demais formas (física e moral) são passíveis de mensuração, sendo observadas na forma explícita. Essas duas formas (implícitas e explícitas) se expressam de formas distintas em ambientes escolares, por exemplo. A violência implícita, que difere da explícita, por não apresentar uma consequência aparente, pode ser mais perigosa, pois se manifesta por meio da repressão e da privação do direito de ser e de pensar diferente dos demais (MOURA, 2005).

Observa-se com relação às duas formas, que as violências se apresentam em ambiente escolar e sua identificação acontece por parte de professoras e professores. Como apresentam características distintas, a violência implícita poderá ser confundida com atos de indisciplina e também por, muitas vezes, não ser considerada como uma violência. Como não há a possibilidade de combater e de se observar, devido às suas características específicas, é possível que possa se tornar uma ação tida como “normal” e “natural” entre meninas e meninos, contribuindo assim para a banalização da violência. Já a violência explícita, que é de fácil visualização, poderá ser observada e controlada pela escola, passíveis de punição. Portanto, como não há conhecimento e, por sua vez, entendimento, muitas vezes, de professor@s sobre o assunto, muitos atos de violência que ocorrem em ambientes escolares podem ter como origem uma violência implícita, que não foi visualizada ou que fora interpretada de forma errada, originando uma violência explícita ou até mesmo uma violência grave de grande representatividade. Precisa-se proporcionar à instituição-escola mecanismos que envolvam toda a comunidade escolar, a fim de identificar como as violências implícita e explícita ocorrem. Com

essa abordagem ao tema, é possível um discurso único da instituição-escola em relação à violência existente na escola.

2.2 Gênero e Violência

Segundo Scheider *et al.* (2011), diferenças são características que fazem as pessoas distintas umas das outras. Diferenças são encontradas em pessoas, grupos e características de determinadas culturas. Quando se fala em cultura, refere-se a valores os quais são as pessoas carregam e com os quais as pessoas se identificam, em parte. Com isso, não há espaço para tudo que for diferente na sociedade atual. Acostumou-se a discriminar aquele que era “diferente”, dedicando menor valor às relações humanas e sociais (SCHEIDER *et al.*, 2011). Essas diferenças, e outras, tais como as assimetrias de gênero, valorização de um gênero em detrimento de outro etc., implicam também, conseqüentemente, em desigualdades presentes nas mais diversas culturas, bem como: gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social, fases da vida e opção religiosa. Desigualdades, que nada mais são do que justificativas usadas para diferentes formas de excluir, dominar, oprimir, ou impedir as mesmas oportunidades, direitos e possibilidades a alguém ou a um grupo (SCHEIDER *et al.*, 2011).

Para Laraia (2009, p. 67),

a nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante.

Contudo, há um condicionamento nas pessoas para reagir de forma indiferente àquilo que para elas não é considerado o “padrão”, o “normal”. Aqueles que não apresentam um comportamento aceito pela maioria da comunidade são tidos, muitas vezes, como diferentes e acabam sendo tratados com indiferença. Portanto, não há um padrão, não há uma regra. Vive-se em uma sociedade heterogênea e o fato de um indivíduo apresentar características não-iguais às nossas não o torna pior ou melhor.

2.2.1 Gênero

Distinguem-se os papéis do homem e da mulher na família, na escola, nas instituições religiosas, no trabalho, nas organizações públicas e privadas. Para Grossi (1998, p. 6) “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra”. Os papéis sociais atribuem determinados jeitos de ser aos homens e mulheres como se fossem da sua natureza, mas na verdade são características culturais e sociais (construídas, transmitidas e exigidas pela sociedade), como por exemplo: pensar que a mulher é frágil e que homem não chora. Falar de gênero e de relações de gênero não é falar só de mulher, mas de jeitos de ser, de relações entre homens e mulheres, de todas as relações: as sociais, culturais, econômicas e até as religiosas (CORNAGLIA, 2010). Com isso, é possível dizer que o feminino e o masculino não fazem referência só ao conceito de homens e mulheres, sua referência é muito mais ampla, inclui também as atitudes, jogos, formas de pensar e agir, de fazer e de relacionar-se com o mundo e com os outros e outras (CORNAGLIA, 2010).

Gênero, portanto, não é sinônimo de sexo, uma vez que esse significa biologicamente homem e mulher e gênero a construção social do indivíduo dependendo dos padrões culturais. "As relações de gênero são fenômenos sócio-culturais, que estruturam a perpetuação da vida humana em sociedade, de modo fundamental e enigmática, como sistemas de parentesco" (STOLKE, 2004, p. 78, tradução nossa)⁷.

As relações de gênero ocorridas na sociedade são responsáveis pela construção social dos indivíduos que irão ser característicos de acordo com o meio cultural no qual se está pertencendo. De acordo com Farias (2011, p. 118):

Gênero, palavra retirada da gramática, foi e é utilizada para identificar essa construção, diferenciando-a do sexo biológico. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por convenções sociais, variando segundo a época e padrões culturais e podendo, portanto, ser modificado.

⁷ Las relaciones de género son fenómenos socio-culturales que estructuran la perpetuación de la vida humana en la sociedad, de manera elemental y enigmático, como los sistemas de parentesco.

Portanto, gênero pode ser visto como uma construção que pode ser modificada constantemente, dependendo das variações que sofrer ao longo de sua construção. Conclui-se, em cima dos aspectos anteriormente estudados, que se nasce biologicamente homem ou biologicamente mulher, mas, isso não quer dizer que uma pessoa tornar-se-á feminina ou masculina. Isso significa que o meio no qual o sujeito está inserido irá ajudá-lo a construir a maneira ou a forma a qual ele irá seguir, ou seja, se existirá uma identidade de gênero masculina ou feminina, independentemente do sexo. Um exemplo das diferenças entre o que era ser homem ou mulher nas décadas anteriores no Brasil, é o fato de que as mulheres não podiam frequentar bares e sequer podiam ingerir bebida alcoólica sozinhas, diferentemente dos dias atuais, onde mulheres e homens frequentam esses mesmos espaços individualmente ou em grupos (PEZZINI, 2009).

As pessoas tornam-se homens ou mulheres por uma influência cultural e social. Ser homem ou mulher, além das características biológicas, vai depender de uma série de qualidades, papéis e atributos que a sociedade constrói e impõe. Ou seja, a educação acontecerá de determinado jeito e, de acordo com isso, se espera do menino, da menina, do homem, da mulher, determinadas condutas e papéis com qualidades próprias do masculino e do feminino (CORNAGLIA, 2010). Portanto, quando se fala do sexo masculino ou feminino não se está falando do gênero feminino ou masculino. É diferente, pois sexo se refere a homem ou mulher, e gênero se refere à construção social do masculino e do feminino. Quando se fala em construção, significa que há um processo e um tempo para que ocorra essa definição. Portanto, quando se fala em gênero percebe-se os mais diversos conceitos que surgiram ao longo da história da humanidade, percorrendo períodos diferentes que foram evoluindo com o passar dos tempos até chegar ao momento atual. São fases de transformações que ocorreram e que expressam a realidade vivida por mulheres durante esses períodos de transformações. Períodos que vão desde o poder patriarcal, onde homens decidiam sobre a vida de suas esposas, até um momento bastante atual, como é a aplicação da Lei Maria da Penha, já vista anteriormente. Essa construção se dá, então, a partir de muitas conquistas e avanços que estão contribuindo para uma igualdade de gêneros.

Para diferenciar sexo de gênero, recorre-se a Scott (1989, p. 7, grifo do autor), onde esse descreve que:

O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. Portanto, sexo e gênero são diferentes onde sexo indica a forma biológica e gênero indica a construção social.

Portanto, quando se fala ou refere-se a gênero não significa que se está falando do sexo, mas também em sexo (homem e mulher).

Nas palavras de Lavinias (1997, p. 16): “[...] o sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses”.

Nesse sentido, o gênero se constrói à medida que o indivíduo assume uma posição durante a sua vida, através das suas escolhas e interesses pessoais.

Concorda-se com Duque-Arrazola (1997, p. 351) onde:

O feminino e o masculino são construídos, interpretados e internalizados, portanto, personalizados, dependendo das características específicas da sociedade em que homens e mulheres vivem, do ciclo de suas vidas e de suas vivências subjetivas como homens e mulheres que pertencem a uma raça, etnia e classe social determinadas.

Assim, a construção do gênero está relacionada às características de cada sociedade e é a partir dessa que se constroem entendimentos sobre tal questão de maneiras distintas, muitas vezes, não relacionadas com a própria identidade.

Portanto, observa-se que “gênero” está presente em vários espaços da sociedade e, com isso, não pode haver uma só sociedade sem gênero (SAFFIOTTI, 2004). Quando a autora fala em sociedade, se refere ao longo período de transformação dessa sociedade através de estudos, lutas pelas diferentes e divergentes correntes que estudam sobre gênero. Para Saffiotti (2004), o conceito de gênero não se aplica apenas às desigualdades como interpretam algumas adeptas. Por isso, chega-se à conclusão de que o conceito de gênero é complexo e não estanque, ou seja, está em constante transformação e sua interpretação depende do contexto histórico no qual está inserido. Ele está presente no trabalho, na vida sexual e até mesmo na escola.

2.2.2 Violência de Gênero

A violência de gênero ocorrerá no momento em que a diferença gerada pelas desigualdades se transformar ou resultar em um conflito. De acordo com Taquette (2009), essa forma de violência é tão naturalizada culturalmente que muitos homens ignoram que estão praticando violência e suas vítimas também não se percebem violentadas. Para a autora, as meninas, desde cedo, são educadas para aceitar passivamente a violência masculina. “O papel feminino hegemônico é o de mãe, de cuidadora, daquela que se identifica com a vida privada e familiar” (TAQUETTE, 2009, p. 10).

A violência de gênero pode manifestar-se de formas diversas: física, psicológica e sexualmente, perpetradas por familiares (pais, padrastos, irmãos) ou parceiro íntimo (TAQUETTE, 2009). Como visto anteriormente, as diferenças entre homens e mulheres não são somente biológicas, mas sociais e culturais, determinando o que é ser homem ou mulher em determinada sociedade. Essas relações sociais são constituídas com base nas diferenças de gênero, tendo como principal característica as manifestações com relação ao poder. Essa desigualdade de poder, baseada no gênero, é a origem da violência que atinge as mulheres e que é aceita naturalmente (TAQUETTE, 2009).

Como nossa cultura foi desenvolvida em um sistema patriarcal e machista (comportamento que tende a negar à mulher os direitos concedidos ao homem), a naturalização de diferentes violências foi agravando ainda mais a situação da mulher na sociedade (SCHEIDER; *et al.*, 2011).

Observa-se, portanto, que há vários espaços onde a violência de gênero se apresenta. A escola é, também, um espaço de relações sociais e não somente um espaço cognitivo (LOURO, 2007). É um local de relações com os outros espaços culturais, onde o poder se encontra e se organiza, produzindo significados a respeito de família, sexualidade, de gênero, de raça, de justiça, de consumo, entre outros. Professor@s devem ficar atentos a determinadas fases da vida de alun@s, especialmente da infância e da juventude, onde as violências se apresentam de diferentes formas. A exclusão, a exploração, a rejeição, a negação e a negligência são formas de discriminação existentes e presentes em ambientes escolares, além de questões relacionadas ao *bullying*.

Segundo Rodrigues (2010, p. 178):

A escola deve perceber que o ser humano não é somente dotado de razão, porém constituído também por emoções, ou melhor, sensações que nos permitem nos indignar, sentir vergonha e compaixão, sobretudo. Nesse sentido, a incorporação dos aspectos afetivos, a percepção do prazer e da *dor sentida coletivamente* (sofrimento) pode nos trazer a promessa de estímulo ético, com uma intervenção enérgica no plano político, de forma a inflar o saber e o fazer, a forma e o conteúdo, o pensar e o sentir de nossos discentes e mesmo de nós educadores/as empenhados na constituição de uma sociedade mais justa e equânime.

Nesse sentido, professor@s precisam estar constantemente “alertas” a questões que provocam situações de violência de gênero, procurando construir formas de assegurar o respeito às diferenças, procurando colocar em suas práticas ações que visem garantir direitos iguais para todos.

Cabe também aos professor@s identificar, acompanhar e denunciar manifestações de violência de gênero contra crianças e adolescentes. Para que isso ocorra, é necessário conhecer o que é violência de gênero. Cabe salientar que esse tipo de violência pode se apresentar das mais diversas formas, tanto explícita quanto implícita, podendo causar sérios danos à saúde e à integridade física, como já visto anteriormente. Portanto, a violência de gênero é um problema social, embora muitas vezes seja confundido ou mascarado por questões econômicas, não sendo reconhecidas como tal.

De acordo com Carvalho (2003), o gênero é um assunto que deve ser discutido e debatido principalmente na escola. O autor ressalta que dois fatores, o fracasso escolar e a violência no âmbito da escola, estão diretamente relacionados à questão de relações de gênero. Para ele, os dois temas se referem a determinadas formas de masculinidade, pois fazem parte de um determinado grupo que, por fatores relacionados à raça e classe social, acabam por apresentar comportamentos que irão refletir em problemas tanto no ambiente escolar quanto na vida social, resultando em atos de violência.

Com relação à masculinidade, Welzer-Lang (2001), traz algumas considerações que exemplificam muito bem essa questão. Segundo o autor, os meninos precisam sofrer para se tornarem homens, ou seja, precisam aceitar as regras impostas pelos maiores para serem aceitos no grupo. Muitas dessas regras são colocadas com o intuito de provocar dor e por fazer parte do “ritual para integrar o círculo restrito dos homens” (p. 3). Com isso, muitos meninos acabam se tornando violentos para mostrar, primeiro para si e depois para os outros meninos do grupo, que são distintos do oposto (meninas). Essa “aprendizagem” é feita respeitando

regras e ritos que serão necessários para ganhar o direito de estar com os outros homens ou para ser como os outros homens. Para o autor, lugares como pátio de colégios, por exemplo, estruturam o masculino de maneira contraditória no comportamento e, com isso, provoca a ideia de que para ser um homem de verdade, é preciso combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres. A escola é um espaço de debate e, por isso, precisa abordar questões como violência e violência de gênero. Portanto, falar de gênero hoje, em ambiente escolar, é importante para que seja possível construir uma sociedade que respeite as diferenças, e que cada indivíduo possa crescer e ter na escola um ambiente onde possa buscá-la e aprende-la.

Para concluir, é importante salientar a crítica gerada pelo erro da pesquisa divulgada pelo IPEA¹, sobre a tolerância social à violência contra as mulheres de 27 de março de 2014, com errata no dia 04 de abril de 2014. O que se percebe é que mesmo com a divulgação dos dados corretos após a instituição ter assumido o erro, gerou-se uma onda de manifestações através de campanhas nas redes sociais. Embora o percentual tenha diminuído de 65% para 26% em relação às respostas às frases *Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar* e *Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas*, não significa apenas um erro causado pela troca de gráficos e sim uma preocupação, pois entre os 3.810 entrevistados, 26% (uma a cada quatro) concordam com as frases citadas anteriormente. Solidariza-se com as conclusões gerais da pesquisa no sentido de proporcionar o aprofundamento do tema, debates e reflexões na sociedade sobre seus preconceitos.

2.3 Violência de Gênero nas Escolas

Através do material resultante do Curso de Gênero e Diversidade na Escola do CLAM da UERJ (2009), foi possível identificar o papel que a escola possui, ou deveria possuir, na luta contra o aumento do preconceito e discriminação direcionados às mulheres, aos homens e a todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante. Observa-se que menin@s ao chegarem à escola, já apresentam atributos de um ou outro sexo. Ao chegar à escola, professor@s acabam por reforçar ou atenuar essas diferenças de gênero. É importante salientar que o docente deverá seguir uma linha que promova a equidade

de gênero, ou seja, não educar meninas e meninos de maneiras radicalmente distintas (CLAM, 2009).

A violência de gênero pode ser produzida ou reproduzida em todos os espaços da sociedade, inclusive na escola. Observa-se, ao logo dos textos estudados, que há a necessidade de se transformar pensamentos em práticas que promovam discussões, em ambientes escolares, com o intuito de promover ações que possam inibir esse tipo de violência. Ações educativas possibilitam a reflexão individual e com isso uma construção coletiva em ambiente escolar de forma orientada por profissionais capacitados, pois exercem um papel importantíssimo de aprendizado.

Quando se fala em violência de gênero nas escolas, contempla-se todos os atores envolvidos nesse processo. Alun@s, professor@s e também a própria escola. A escola é um espaço de socialização e de construção para alun@s. Para que isso aconteça, é necessário que se tenha um aprendizado e uma convivência harmoniosa, respeitando as diferenças geradas pelas desigualdades. Isso precisa ficar claro para que não ocorram conflitos gerados por desigualdade de gênero.

Para Yamasaki (2007, p. 139),

as brigas entre alunas são práticas e atos de agressão mais visíveis e muitas vezes transformadas em pequenos espetáculos públicos em portas da escola. Os depoimentos a que tivemos acesso, entre as diferentes escolas mostram que é a ocorrência mais frequente entre as violências escolares e tal incidência pode ser melhor compreendida na escola e pelos profissionais se for desenvolvida uma pesquisa que relacione a questão de gênero em contexto contemporâneo e a violência escolar.

Portanto, observa-se um aumento desse tipo de violência, como traz a autora Yamasaki (2007), em sua pesquisa, mostrando a importância de abordar o assunto em escolas hoje em dia. Observa-se uma verdadeira “arena” formada por expectadores que acabam por incitar o cometimento da violência, tornando-se pela interpretação do pesquisador, coautores de violência.

A violência de gênero poderá aparecer na escola, por exemplo, na escolha de atividades físicas ou com a prática de esportes.

Para Marlene Neves Strey *et al.* (2012, p. 29), os esportes que praticam, o linguajar que usam e os brinquedos que ganham, a título de exemplo, também passam por essa peneira de gênero, que separa aquilo que é “de menino/homem” daquilo que é “de menina/de mulher” (grifo da autora).

Observa-se que para a autora, existem exemplos de atividades que são pré-definidas ou pré-escolhidas, como sendo de meninos ou de meninas, causando essa diferenciação. Portanto, a escolha feita pel@ professor@ na hora da realização de uma atividade física, por exemplo, precisa estar clara para esse profissional, clareando o fato de que sua atuação/participação não é neutra, ou seja, precisa identificar e desmistificar ações que levam à reprodução de atos de violência de gênero.

Dessa forma, é possível que seja realizada uma intervenção no momento em que o fato acontece, possibilitando desmistificar que tal atividade física é realizada apenas por meninos e, com isso, não permitindo a realização por parte das meninas. Mas para que isso aconteça é necessário que o profissional saiba realmente qual é o seu papel enquanto professor. Seguindo essa linha, Tortato e Carvalho (2010), fazem uma importante reflexão. Para elas, a identidade de gênero d@s professor@s precisa ser levada em consideração, pois

as identidades de cada profissional, relacionadas ao seu sexo, gênero, etnia, condição social, formação, cultura e vivência acumulada interferem na sua forma de se ver e de ver o outro no mundo social, o que, no caso do professor pode comprometer o trabalho (p. 4).

Portanto, as experiências vivenciadas e trazidas por cada professor@ pra o ambiente escolar, poderão resultar em atos de violência de gênero, muitas vezes, passados despercebidos e tidos como “normais da idade”. Muitas vezes sem querer ou perceber, professor@s acabam impulsionando e por que não dizer incentivando a violência de gênero nas escolas. Além dos professor@s, a escola como instituição também poderá se tornar autora/promotora de violência de gênero quando, em seu currículo oculto, impõe um padrão estereotipado, gerando a exclusão social, determinando regras ou tarefas específicas para alunos ou alunas. Para que isso não ocorra à escola, é preciso combater as desigualdades sociais. Mas para que isso aconteça, Vianna e Unbehaun (2006), apontam que é necessária a ajuda de outros atores. Para as autoras:

A consolidação do gênero nas políticas públicas de educação é uma tarefa do Estado, e esta dependerá da disponibilidade de recursos e da inclusão das demandas de gênero na educação pelos governos que se sucederem. Não somente como demandas pontuais, em um ou outro aspecto do currículo. Essa tarefa exige, entre outras medidas, uma revisão curricular que inclua na formação docente não só a perspectiva de gênero, mas

também a de classe, etnia, orientação sexual e geração. Mais do que isso, é preciso incluir o gênero, e todas as dimensões responsáveis pela construção das desigualdades, como elementos centrais de um projeto de superação de desigualdades sociais, como objetos fundamentais de mudanças estruturais e sociais (2006, p. 407).

Portanto, a escola precisa da participação dos demais órgãos responsáveis pela educação para que, de maneira efetiva, possa lidar com questões de gênero e promover um ambiente voltado ao combate e à superação das desigualdades sociais. Educação se faz com participação de tod@s, com comprometimento de tod@s e com políticas públicas voltadas ao tema. Só assim será possível educar sem excluir.

Observa-se que há uma complexidade no tema, o que faz com que seja difícil identificar esse tipo de violência nas escolas e mais difícil ainda o seu registro, haja vista que essas ocorrências não são reconhecidas como manifestações de violência.

2.3.1 Violência nas Escolas

A escola, por sua vez, também é um espaço social onde a violência está presente. Conforme texto escrito por Oliveira A. (2010), a violência independe da localização em que a escola se encontra, se é um bairro de maior ou menor vulnerabilidade social que o aluno pertence. Os estudos mostraram que a violência é uma realidade existente em escolas públicas e privadas. Os dados da pesquisa revelaram que a ideia de que a violência é maior nos bairros onde residem pessoas com menor poder aquisitivo é falha. Essa questão independe da escola estar situada em um bairro de classe alta ou baixa, ou de ser privada ou pública.

A escola tem o papel de instruir, orientar e formar crianças e jovens a viver e trabalhar em um mundo diversificado e sob constantes mudanças. No entanto, a escola por si só não está conseguindo atender às adversidades existentes.

No ambiente escolar, atos de violência de maneira explícita ou implícita também irão ocorrer, muitas vezes, na presença de professor@s. A maneira de como a escola pode abordar essa questão poderá influenciar na construção social desse sujeito. De acordo com Silva (2013), a maneira como a escola tem encarado e se defrontado com a violência tem mudado com o passar do tempo. Como não poderia deixar de ser, mudou o foco da análise do fenômeno, pois inicialmente a violência nas escolas era tratada como uma simples questão de disciplina e, agora,

passou a ser analisada como manifestações de delinquência e expressões do comportamento antissocial.

Para Silva (2013, p. 30) a violência:

[...] hoje, é percebida de maneira muito mais ampla, sob perspectivas que expressam fenômenos como a globalização e a exclusão social, os quais requerem análises não restritas às transgressões praticadas por jovens estudantes ou às violências das relações sociais entre eles.

Assim, o tema “violência” ganhou uma proporção que até então não se imaginava na sociedade como um todo. Tempos atrás, muitos professores abordavam o tema de maneira simples, sem muito aprofundamento em suas causas e consequências. Com o passar do tempo, com o aumento dos índices de violência e com as crescentes ocorrências de casos envolvendo escola e seus alunos, torna-se necessário o entendimento detalhado de questões complexas, tentando diminuir esses índices indesejados.

Para Camacho (2001) e Campos; Jorge (2010), existe no ambiente escolar dois tipos de violência: a violência explícita e a violência implícita. Para diferenciar as duas formas de violência é necessário que se entenda que cada uma possui características próprias, sendo que a violência implícita poderá ser confundida, em muitos casos, com a indisciplina.

De acordo com Camacho (2001), a violência na sua forma explícita de manifestação nas escolas é mais fácil de visualizar, pois é apresentada por meio de empurrões, chutes, socos, que podem se transformar em violência física. A forma explícita é controlada e combatida por meio de punições, como é o exemplo das suspensões.

O que preocupa, segundo Campos e Jorge (2010), é a violência na sua forma implícita, a qual é camuflada e velada. Essa forma, segundo os autores, pode ser tão ou mais cruel do que a violência física, pois não deixa marcas aparentes. Manifesta-se por meio da repressão, da privação do direito de ser e de pensar (CAMPOS; JORGE, 2010). Muitas vezes, a violência implícita pode passar impune, porque não é percebida como tal, e, em muitas vezes, confundida com indisciplina. Como muitas vezes não é vista, pode se tornar perigosa porque não é controlada por ninguém, não possuindo regras, passando a ocorrer constantemente em ambiente escolar (CAMACHO, 2001).

Com isso, há a construção de certa “naturalização”, citada por Camacho (2001), ocorrida pela repetitividade, em que a violência na forma implícita passa a ser banalizada, se tornando algo “normal”, próprio da adolescência, provocando sofrimento na vítima e em todas as suas consequências. Assim, o cotidiano escolar tem sido marcado por todo tipo de atitudes chamadas de violentas, muitas vezes, “naturalizadas”. Muitas dessas formas se apresentam de forma explícita ou implícita. Um exemplo de violência explícita, nas escolas atendidas pelo PROERD, é a lesão corporal, aquela ocorrida contra a pessoa, provocando nela dano à integridade física. Existem outras formas explícitas, tais como a violência sexual, a coerção mediante o uso de armas, violência contra a propriedade: furtos, roubos, assaltos, violência contra o patrimônio, especificamente o vandalismo e a depredação das instalações escolares.

Segundo Silva (2010, p. 13), as causas de violência nas escolas são problemas que estão relacionados às gangues, drogas, falta de segurança nas escolas e no entorno delas. Segundo o autor, com relação às gangues, em determinado momento, os jovens sentem a necessidade de fazer parte de grupos e, principalmente, usam esses grupos para se afirmarem ou para se intitularem fortes. Quando há mais de um grupo em um determinado espaço, é natural a competição pelo território. Muitas vezes, essa competição pelo “espaço” acaba se tornando motivo de brigas e de competição. Já as drogas, também necessitam de um espaço e de um local para serem comercializadas.

A escola, por exemplo, pode se tornar um ponto forte para o comércio e, conseqüentemente, como um local de disputa por grupos rivais por ponto de tráfico de drogas. Algumas escolas são atendidas por profissionais da segurança que contribuem com conversas ou palestras, mas não há uma frequência diária. Outras são atendidas através de programas de prevenção, como é o caso do PROERD, mas também existe um período para sua aplicação, não sendo assim efetivo. Com relação ao policiamento em torno das escolas, existe em algumas cidades, como São Leopoldo, por exemplo, uma forma de policiamento adotada pelo comando da área, que é a patrulha escolar.

Essa atividade, realizada por policiais militares, se restringe ao entorno de estabelecimentos de ensino. Dessa maneira, a segurança pública se faz presente e constante, buscando ajudar e a diminuir a violência em escolas. O entorno da escola é um espaço onde se deve atentar para alguns pontos. As atividades comerciais

existentes, próximas a determinadas escolas, vão propiciar o fluxo ou acúmulo de pessoas, como, por exemplo, bares, lanchonetes, terrenos baldios, construções abandonadas, entre outras (SILVA, 2010).

Outro ponto importante que deve ser considerado quando se fala em violência nas escolas é a questão do currículo oculto. Conforme Magalhães e Ruiz (2011), o currículo oculto de uma escola consiste de suas regras e procedimentos disciplinares, estrutura de autoridade, distribuição de prêmio e castigo e normas e valores compartilhados. De forma implícita, a escola impõe regras, valores, disciplina de alunas e alunos. Muitas vezes, essas exigências acabam se tornando atos de violência e, com isso, a escola passa a ser autora de violência, e por que não dizer autora de violência de gênero quando exclui, de forma não declarada, menin@s de determinadas atividades, como por exemplo, na escolha de uma mais bela estudante, excluindo as demais por não apresentarem “qualidades à altura da escola”. Outro exemplo é o fato de ocorrerem vários atos de violência dentro das escolas, em especial escolas privadas, que não são registrados pelo fato de envolverem o nome da instituição e, por isso, ser “taxada” de uma escola violenta. Como já mencionado anteriormente por este pesquisador em outro texto (Oliveira A., 2010), observa-se que há uma grande quantidade de tipos de violências ocorridas em seu interior, não são registradas da forma pública e que podem nem mesmo terem sido realizado qualquer tipo de registro interno. Tais registros não são efetuados por desconhecimento de leis e, também, por não conseguir diferenciar atos de indisciplina a atos de violência.

Para Godoy (2010, p. 73), a disciplina na escola

se consolida mediante um processo de associação entre o currículo explícito e formal e o currículo oculto e informal. Tal combinação ocorre no interior das escolas e das salas de aula, desenvolvendo-se, em cada uma delas, de forma singular.

Portanto, o autor refere que para uma convivência harmoniosa no interior das escolas e principalmente em sala de aula é necessária para que haja uma aproximação entre os currículos existentes. Percebe-se que não há, em algumas escolas, uma união entre aquilo que está escrito com aquilo que realmente é executado. O currículo oculto é a realidade de muitas escolas. Existem práticas impostas ou que são estabelecidas por algumas instituições de ensino, que acabam

determinando sua forma de trabalho. Outra forma de violência bastante comum em ambiente escolar e que vem, ao longo dos anos, chamando a atenção de pesquisadores é o *bullying*. Esse é o nosso próximo assunto, com importante destaque.

2.3.1.1 *Bullying*

O *bullying* é uma forma de manifestação da violência nas escolas que está sendo cada vez mais debatida na sociedade. De acordo com Silva (2010, p. 21), “*bullying* é uma palavra de origem inglesa e que ainda não possui tradução no Brasil. Essa palavra é usada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas”.

O *bullying*, conforme Silva (2010), pode se apresentar de várias formas como verbal, ofendendo, insultando; física e material, batendo ou empurrando; psicológica e moral, isolando, desprezando; sexual, assediando, abusando; e virtual, conhecida também como *ciberbullying*, onde são difundidas através do celular e com o auxílio da internet.

Conforme Guareschi, (2008, p. 50), é importante salientar que o

bullying pode ser classificado, conforme seu comportamento, como: direto que é aquele que ocorre com mais frequência entre os meninos, pelo fato de ocorrer através de agressões físicas, ameaças, entre outras e também a forma indireta praticada mais pelas meninas pelo fato de ser através de fofocas, manipulação de amigos, entre outros.

Com essa prática observa-se a ocorrência de *bullying* de gênero em escolas. Nota-se também a existência de *bullying* homofóbico, apontado por Guareschi, quando em um exemplo, cita a manifestação de um menino que, ao se recusar a jogar futebol, começou a ser perseguido por colegas e veio a se aproximar de suas colegas, a partir de então passando a ser chamado de “bicha”. Há ainda, o chamado *cyberbullying*, que utiliza a internet e outras tecnologias para sua prática, podendo ser tão perigosa quanto outras formas de *bullying*.

A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (IBGE, 2009) mostrou que o *bullying* foi a forma de violência mais prevalente nas escolas, onde 25,4% dos alunos relataram ter sofrido essa forma de agressão nos trinta dias anteriores à pesquisa, e 12,9% se envolveram em alguma briga pontual com agressão física no mesmo

período. A pesquisa mostra, ainda, que as capitais com maiores índices de *bullying* foram o Distrito Federal (35,6%), Belo Horizonte (35,3%) e Curitiba (35,2%).

Diante dos dados apresentados, depara-se com uma forma de violência bastante significativa e preocupante que vem sendo diagnosticada em ambientes escolares. Os comportamentos violentos no âmbito escolar, muitas vezes, não possuem motivos específicos ou justificáveis, gerando prazer e sensação de poder para quem produz. Esse intuito de intimidar, maltratar, humilhar, faz do agressor um autor de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, impondo sua autoridade e mantendo suas vítimas sob seu domínio (SILVA, 2010).

Cabe salientar que o *bully*, como é chamado o indivíduo valentão, brigão, não está presente somente nas escolas, mas também em casa ou em ambientes de trabalho. Ele é um indivíduo de fácil identificação, pois apresenta comportamentos agressivos, arbitrários, propositais, entre outros (SILVA, 2010).

O problema enfrentado pelas escolas hoje em dia com relação ao *bullying* são as consequências geradas por essa desigualdade de poder. Mudanças de comportamento, transtornos, aflições, dificuldades de concentração, entre outras. É tão preocupante que muitas vítimas apresentam problemas graves de saúde e que precisam receber atendimento e tratamento médico (SILVA, 2010).

É por isso que as escolas precisam estar preparadas e os professores atentos a questões relacionadas à violência em ambiente escolar. Além do conteúdo programático, que tem muito valor, é preciso e necessário, nos dias atuais, que haja por parte das escolas e dos professores uma mudança na mentalidade da educação formal, dando atenção às mudanças globais. A escola é um espaço onde essas relações interpessoais acontecem e que são fundamentais para o crescimento individual, possibilitando que esse indivíduo ingresse no mercado de trabalho preparado para enfrentar as realidades existentes. Experiências vividas e/ou vivenciadas em ambiente escolar vão refletir no dia a dia de indivíduos, apresentando-se através de comportamentos resultantes de suas ações ou reações. Tornar-se-ão adultos com responsabilidades, cientes de suas obrigações e deveres individuais e coletivos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Diante do objetivo da presente pesquisa, torna-se importante explicitar o contexto geral do PROERD, uma vez que o pesquisador é instrutor do referido programa, bem como dizer que a ideia do tema da dissertação nasceu a partir desse trabalho e nessas circunstâncias. Salienta-se que a pesquisa ocorreu com professoras e professores de escolas que estão participando do programa PROERD.

3.1 Contextualização: PROERD

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, originário do congênere Estado Unidense, denominado D.A.R.E. – Drug Abuse Resistance Education, surge em 1983, como medida adotada por Policiais do Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) e do Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (LAUSD), a fim de desenvolver um programa capaz de quebrar o ciclo de abuso de drogas por crianças e adolescentes, resultando em prisões e condutas criminosas (SILVA 2012).

O sucesso do programa e a diminuição dos índices de violência nas escolas americanas fez com que o material desenvolvido pela polícia americana, em parceria com as escolas, fosse adaptado para a realidade brasileira, possibilitando sua aplicação aqui no Brasil. Portanto, o referido programa é trazido para o Brasil em 1992, pela Polícia militar do Estado do Rio de Janeiro, chamando a partir daí a atenção de polícias de outros estados pela sua eficácia.

O Estado do Rio Grande do Sul se adere ao programa no ano de 1998, sendo aplicado no Colégio Estadual Piratini (SILVA, 2012). Em 2000, o programa chega ao município de São Leopoldo, trazido pelo atual Coordenador Estadual do PROERD no RS, Maj. Cilon Freitas da Silva. Em 2001, o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (CNCG) institucionalizou o programa para todas as Polícias Militares, através de sua Câmara Técnica dos Programas de Prevenção às Drogas e à Violência, representando a união de esforços entre a polícia Militar, Entidades Educacionais, Famílias e Comunidade, com o objetivo de prevenir o uso de drogas e a violência por crianças e adolescentes. Conforme Silva (2012), o PROERD consiste em um

esforço cooperativo entre Polícia Militar, Escola e Família. Para o autor, a relação existente entre esses três elementos, propicia uma compreensão de informações importantes que serão utilizadas ao longo da vida. Essa confiança, que é adquirida ao longo das aulas, favorece o entendimento e, principalmente, o diálogo sobre a necessidade do consumo de drogas e de atos de violência em ambiente escolar, como é a manifestação do *bulliyng*, por exemplo.

Os três elementos: família, escola e polícia são tidos como elementos que compõem um ciclo de aprendizado, onde tudo começa na família. É chamada de “base de tudo”, e a ela compete entre outras coisas, à educação. Após, vem a escola como instrumento para regular e orientar a convivência em sociedade. Ela é a responsável por proporcionar aos estudantes ferramentas essenciais para viver em sociedade. Por último, vem a polícia ajudando a reconhecer e a evitar as situações que podem comprometer sua segurança e saúde. Além disso, a polícia, através do Policial PROERD, assim chamado o Policial que trabalha com o programa, busca ajudar crianças e dolescentes a evitarem situações e decisões arriscadas, bem como ensinar estratégias de resistência e capacidade de reação.

O programa consiste em 3 fases: a primeira fase é direcionada para a Educação Infantil (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental), com material didático adaptado à idade, contendo 20 cartazes ilustrativos que abordam questões como segurança ao atravessar a rua, não falar com estranhos, telefones de emergência, entre outros; a segunda fase é direcionada para alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, onde é entregue para cada aluno, uma cartilha contendo 10 lições, onde será abordada uma lição em cada semana de aula. As aulas do programa são de uma hora por semana, obedecendo o calendário da escola e a disponibilidade do professor. Durante essa fase, são abordados temas como o uso do álcool, tabaco, *bulliyng*, pressão dos amigos, entre outros. A última fase destina-se aos alunos que estão no 7º ano do Ensino Fundamental. Para esses, o material é apresentado através de vídeos que contêm relatos e depoimentos de adolescentes que passaram por determinadas situações em que não houve a necessidade de usar droga ou de ter atitudes violentas.

Em São Leopoldo, através de dados obtidos dos instrutores PROERD que atuam no município, apontam que até o ano de 2013 já foram contemplados com o programa, mais de 15 mil crianças e adolescente durante os 13 anos de atuação. De acordo com dados estatísticos, o aumento de escolas atendidas vem aumentando a

cada ano, graças ao grande número de policiais que estão atualmente trabalhando com o programa. No último semestre de 2013 foram formadas 200 crianças na Educação Infantil (1º, 2º e 3º anos); 632 crianças no Ensino Fundamental (5º anos) e 245 jovens no Ensino Fundamental (7º ano), totalizando 1077 crianças e jovens que passaram pela capacitação do programa.

Além disso, o programa tem como missão promover encontros anuais com todos os instrutores PROERD do Estado do Rio Grande do Sul. Esses termos surgiram de acordo com a participação e o tempo de trabalho no programa. O programa realizado em todos os municípios aqui do Estado, tem o intuito de manter sua equipe atualizada e qualificada para as aulas. Para isso promove, desde 2009, encontros em forma de seminários, proporcionando a todos os envolvidos no programa uma forma de atualização dos três currículos do ensino fundamental que são: Educação infantil, 5º ano para crianças e 7º ano para adolescentes.

Com base nas informações coletadas através da Coordenação Estadual do PROERD/RS, ocorreram desde a primeira reunião ocorrida no município de Gravataí/RS em 2009, quatro encontros estaduais com a equipe. Cabe destacar o encontro realizado na cidade de Bento Gonçalves/RS, em novembro de 2011, como sendo o 1º Seminário Estadual do PROERD. De lá para cá aconteceram o II Seminário Estadual de Prevenção às Drogas e à Violência, em novembro de 2012, na cidade de Santa Maria; e o III Seminário Estadual de Prevenção às Drogas, ocorrido em novembro de 2013, onde se comemorou o aniversário de 15 anos do programa no Estado do Rio Grande do Sul, com a marca de 1 milhão de alunas e alunos abrangidos. Observa-se, portanto, a preocupação da Coordenação Estadual do programa em manter sua equipe atualizada e capacitada, voltada para a prevenção.

O pesquisador possui em seu currículo, pelo fato de entrar no programa em abril de 2012, duas capacitações que permitiram aprofundar e atualizar informações relacionadas ao tema violência. Esse constante interesse em participar de eventos relacionados ao tema violência é que permite, ao pesquisador/instrutor, compreender a complexidade do tema e por isso a importância em multiplicar essas informações com atores que, segundo ele, também desempenham um papel importante na luta contra a violência que são as professor@s.

O PROERD realizado no estado do Rio Grande do Sul conta com a lei nº 13.468, de 15 de junho de 2010, que instituiu como política pública de prevenção à drogadição e à violência.

Para finalizar esta seção, o autor relembra, a título de exemplificação, o encerramento dos encontros com turmas participantes do PROERD, no segundo semestre de 2013, que ocorreu no dia 12 de dezembro de 2013 com a formatura ocorrida no Anfiteatro Padre Werner (UNISINOS) em São Leopoldo. A reportagem trazida pelo Jornal VS do dia 13 de dezembro de 2013 (ANEXO C) dá ênfase à formatura de 600 crianças só de turmas de 5º ano pelo PROERD. O jornal destaca a prevenção do programa contra as drogas e contra a violência. Desde o início da sua implantação, no ano de 2000, o PROERD em São Leopoldo, já formou mais de 24 mil pessoas.

Para que uma escola esteja elegível para receber o Programa PROERD, basta que a direção apresente interesse, através de ofício, para a realização do programa. Cabe salientar que devido ao grande número de solicitações encaminhadas ao comando do 25º Batalhão de Polícia Militar, as escolas que possuem primazia são aquelas que estão em bairros vulneráveis socialmente ou que apresentam alun@s em situação de vulnerabilidade social. Esse programa consiste de 10 lições, onde cada lição é discutida em encontros semanais de aproximadamente uma hora, onde são abordados assuntos como prevenção ao uso de drogas, efeitos na saúde, bases da amizade, violência, entre outros.

Ao final de 10 encontros, é realizada uma redação pel@s alun@s, onde eles descrevem os assuntos mais importantes por el@s estudados e, a partir da redação, é feita a escolha d@ alun@ destaque de cada turma pertencente ao programa. No final, @s alun@s destaque são agraciados durante a solenidade de formatura com todos os demais alun@s presentes, conforme ANEXO 3. Durante o segundo semestre de 2013, período que se realizou a pesquisa, foram contempladas com o programa 15 escolas, entre elas escolas municipais, estaduais e a Instituição APAE, totalizando 37 turmas. Dessas 37 turmas, 10 foram turmas de educação infantil, 21 turmas de 5º ano do ensino fundamental e 06 turmas de 7º ano do ensino fundamental. O total de alun@s formados no segundo semestre foi de 970, que receberam a qualificação durante os turnos da manhã e da tarde.

3.2 Contextualização das Escolas

O município de São Leopoldo, conforme dados da PMSL (Prefeitura Municipal de São Leopoldo) possui um total de 99 (noventa e nove) escolas, sendo essas municipais, estaduais, particulares e técnicas. Dessas, 36 são escolas públicas, municipais de ensino fundamental. As sete escolas que fizeram parte da pesquisa apresentam características semelhantes por se tratarem de escolas como já mencionado anteriormente, em situação de vulnerabilidade social. Algumas dessas escolas participam de outros programas além do PROERD, como é o caso do PSE (Programa Saúde na Escola), que tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Já o programa Mais Educação, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. O Programa Escola Aberta incentiva e apoia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. Esses programas mencionados, e outros existentes, são realizados pelo município em parceria com o Governo Federal na tentativa de buscar, entre outras coisas, atender também escolas vulneráveis socialmente e professor@s, como é o caso da Matemáticação. Esse último programa, é voltado aos professores de matemática que estão trabalhando em escolas que apresentam o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), abaixo da média nacional.

A seguir, no quadro 3 é apresentado a caracterização das escolas que fizeram parte da pesquisa:

Quadro 3 – Caracterização das escolas

Escola	Quantidade de Professor@s	Quantidade de Alun@s	Abrangência de Ensino	Bairro que a escola está inserida	Características
A	52	588	Fundamental	Parque Itapema	PROERD, PSE,
B	61	600	Fundamental	Parque Mauá	PROERD
C	28	398	Fundamental	Campestre	PROERD e PSE
D	27	440	Fundamental	Feitoria	PROERD
E	46	560	Fundamental	Bom Fim	PROERD, Mais Educação, PSE e Escola Aberta
F	28	465	Fundamental	Santa Marta	PROERD
G	14	130	Fundamental	Centro	PROERD

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2014.

Como se pode observar, a escola B possui a maior quantidade de alun@s em relação às demais. A escola F está situada em um dos bairros mais vulneráveis socialmente e considerado um dos bairros mais perigosos do município de São Leopoldo. Cabe salientar que a escola F foi a única escola que apresentou professor do gênero masculino trabalhando com alun@s do 5º ano. A escola A apresenta, na sua totalidade, 588 alun@s e 52 professor@s. Está localizada no bairro Parque Itapema, na região Norte do Município de São Leopoldo. Já a escola B, apresenta 600 alun@s e 61 professor@s. Está localizada no bairro Parque Mauá. A escola C apresenta 398 alunas e alunos, 28 professor@s e está localizada no bairro Campestre. A escola D apresenta 440 alunos, 27 professor@s e está localizada no bairro Feitoria. A escola E apresenta 560 alunas e alunos, 46 professor@s e está localizada no bairro Bom Fim. A escola F apresenta 465 alunas e alunos, 28 professor@s e foi a única escola que apresenta professor do gênero masculino atuando em turmas de 5º ano. Localiza-se no bairro Santa Marta. A última escola, (G), apresenta 130 alunos, 14 professoras e nenhum professor.

A escola G apresenta turno integral, com aula pela manhã e à tarde, onde acontecem projetos sociais. Essa escola apresenta uma característica diferente das demais participantes da pesquisa. A escola G não se encontra em um bairro de vulnerabilidade social, porém, absorve crianças que se originam de bairros que apresentam vulnerabilidade social, pois por ser uma escola de turno integral, acaba

favorecendo que pais de alunas e alunos que ali estão, trabalhem. Essa escola, embora seja filantrópica, conta com a ajuda do município para manter-se. Como já foi visto anteriormente, essa escola apresenta alunas e alunos que estão em atendimento pelo conselho tutelar do município, crianças que, segundo a supervisora da escola, são crianças carentes que muitas já sofrem violência física e psicológica e que possuem guarda compartilhada por parentes (tios, tias, avós, avôs) pelo fato de pais serem dependentes químicos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para que o percurso metodológico fique claro, procedeu-se inicialmente à explicitação do delineamento da pesquisa, em seguida será apresentado o desenho da pesquisa. Essa por sua vez, estará dividida em confecção do referencial teórico, coleta de dados e sistematização dos dados.

4.1 Delineamento da pesquisa

Partindo-se do objetivo geral da pesquisa, que é analisar as percepções de professor@s, as manifestações explícitas e implícitas de violência de gênero ocorridas em escolas do município de São Leopoldo/RS, em 2013, cometidos por alun@s em ambiente escolar, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa. A escolha por uma pesquisa qualitativa deu-se em função da busca pela coerência com o objetivo proposto, o qual não busca enumerar e tampouco quantificar os dados e nem as possíveis manifestações viessem a emergir. Salienta-se que a presente pesquisa não emprega instrumentos estatísticos para a análise de seus dados, pois busca, de forma ampla, entender os fenômenos de forma a interpretá-los. Portanto, utilizou-se do método qualitativo para a sua realização.

O pesquisador alinha-se a Minayo (1996) e a Flick (2013), pois a pesquisa, para Minayo (1996), é um fenômeno de aproximações e distanciamentos sucessivos entre a realidade, por meio de dados, e a teoria. Essas aproximações entre a teoria e a realidade acontecem em prol do avanço do entendimento do tema trabalhado, tanto do ponto de vista empírico, da prática como da teoria, sendo esse o motivo da escolha pela pesquisa qualitativa para a realização da presente pesquisa. Já para Flick (2013), na pesquisa qualitativa é importante destacar que o pesquisador não parte, necessariamente, de um modelo teórico da questão que está estudando, evitando hipóteses e padronização da situação da pesquisa. O trabalho realizado pelo pesquisador qualitativo permite que a coleta de dados seja feita de uma forma mais aberta. O pesquisador vai a campo com o objetivo de averiguar como categorias se revelariam nas narrativas das entrevistadas e dos entrevistados. Por esse motivo, deve ficar claro que, como uma das limitações do método e aderindo-se à ideia do autor Flick (2013), que nunca um pesquisador pode ter certeza dos

resultados que ele venha a encontrar no campo empírico, por mais experiência que ele tenha com tal contexto, quando usada a metodologia de maneira adequada.

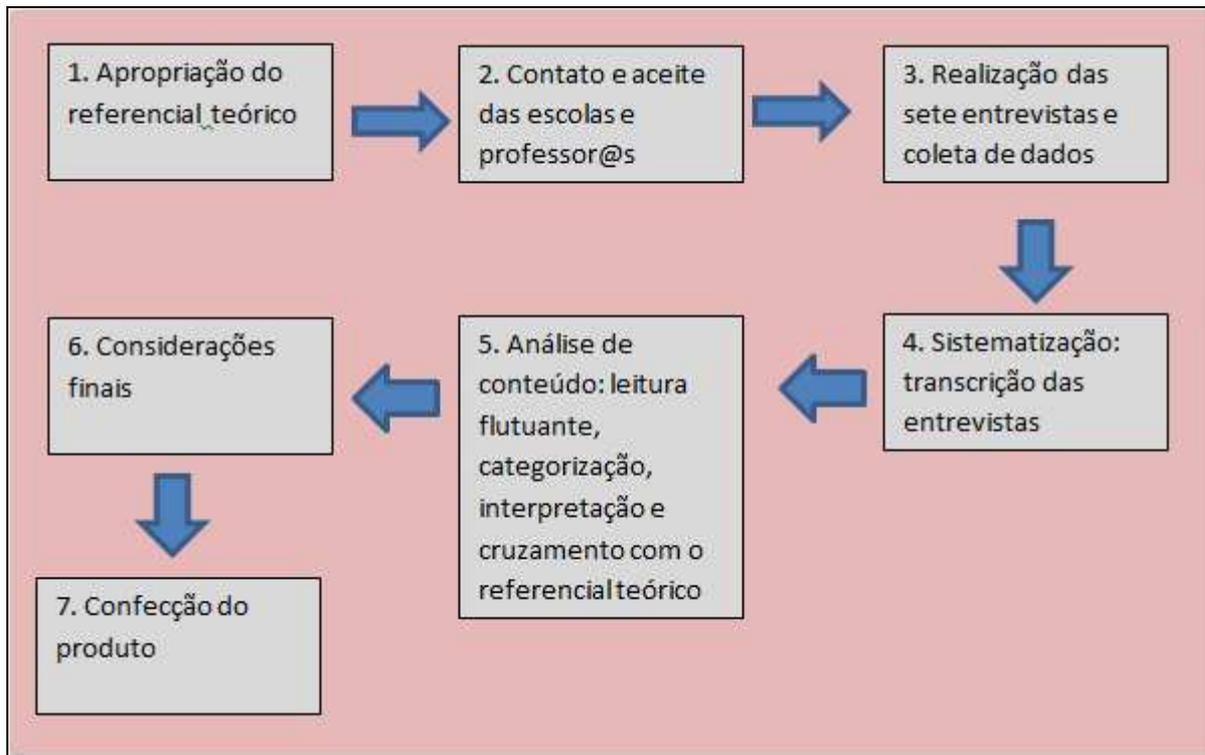
Portanto, utilizou-se do método qualitativo para a condução dos resultados ao objetivo geral proposto pela presente pesquisa, e também aos objetivos específicos, analisando como são percebidas por professor@s as manifestações explícitos e implícitos de violência de gênero ocorridos entre alun@s das escolas que participaram da pesquisa e, principalmente, na elaboração do produto final voltado a professor@s.

Para que fique clara a aproximação do pesquisador com o campo de pesquisa, torna-se necessário lembrar que a experiência do pesquisador é a de soldado da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Após a realização do curso de habilitação para ser instrutor do referido programa, com a entrada no curso de Mestrado em MSBC, despertou o interesse em identificar possíveis manifestações de violência de gênero, através das aulas e dos encontros realizados nas escolas. Tal interesse deu-se pelo tema e pela busca constante em prevenir a violência existente em determinadas escolas do município de São Leopoldo. Dentre os diversos tipos de violência, chamou à atenção do autor a violência de gênero, pois as observações do pesquisador e as conversas extraclasse, com relatos de professor@s, apontaram a existência de manifestações envolvendo esse tipo de violência. Essas circunstâncias fizeram com que houvesse uma maior aproximação do instrutor/pesquisador com o provável campo de pesquisa, buscando alternativas para auxiliar professor@s nas atividades escolares.

4.2 Desenho da pesquisa

O desenho da presente pesquisa, para fins de alinhamento com o objetivo geral, foi construído da seguinte maneira: a pesquisa teve sete fases distintas, iniciando com a busca pela apropriação teórica e delimitação do tema, em seguida ocorreu o contato e aceite das escolas e professor@s. Depois disso, foram realizadas as entrevistas, coleta de dados como reportagens em áudio e vídeo. Depois foi a vez da realização da sistematização dos dados que consistiu em transcrição das entrevistas/reportagens. Seguiu-se da análise dos dados propriamente dita, terminando com as considerações finais e confecção do produto. Tais fases são representadas na figura 1, a seguir.

Figura 1 – Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2014.

4.2.1 Confeção do Referencial teórico

Para melhor entendimento sobre o tema da pesquisa sobre violência de gênero nas escolas atendidas pelo programa PROERD, no município de São Leopoldo/RS, tornou-se necessária a abordagem de alguns conceitos importantes para a sua compreensão. Optou-se em dividir a parte do Referencial Teórico em subtítulos, possibilitando a abordagem específica a cada conceito, como violência, gênero, violência de gênero, violência de gênero nas escolas, violência nas escolas, *bullying* e também currículo oculto (categoria que emergiu durante a análise dos dados, fazendo com que o pesquisador ajustasse o referencial teórico em um ir-e-vir).

Com relação à violência, utilizam-se vários autores mencionados na qualificação, os quais serviram como base para o pesquisador realizar as atividades propostas.

Os autores utilizados para definir gênero, violência de gênero e violência de gênero nas escolas pelo pesquisador, serviram como referência para entender e

compreender, durante todo o período da pesquisa, as manifestações que surgiram durante as entrevistas. Vários foram os momentos em que o autor não se furtou em recorrer aos autores citados por ele para dizimar as dúvidas que surgiram com a evolução da pesquisa. A existência dessas dúvidas era prevista diante da complexidade do tema gênero e também pela pouca familiarização do autor com o assunto. Com relação ao referencial teórico sobre *bullying*, o pesquisador possui conhecimento teórico sobre o assunto, uma vez que este assunto é trabalhado em suas aulas como instrutor do PROERD em escolas e em palestras desenvolvidas pela equipe PROERD no município de São Leopoldo. Nesse sentido, é preciso levar em consideração a possibilidade de alguma interferência da subjetividade do pesquisador na análise dos dados, aspecto que será tratado posteriormente. O roteiro das entrevistas foi embasado nos principais aspectos levantados no referencial teórico.

4.2.2 Coleta dos dados

Com o tempo e com o amadurecimento dos objetivos da presente pesquisa, o pesquisador investigou junto às escolas nas quais não trabalha como instrutor (no semestre da realização das entrevistas) a possibilidade da realização da pesquisa, bem como da disponibilidade d@s professor@s participarem dela por meio da participação em entrevistas semiestruturadas.

Primeiramente, foi realizado o contato com a equipe diretiva de cada escola, indagando a possibilidade na realização da pesquisa com professor@s que estavam participando do programa PROERD.

Além das escolas participantes no PROERD, foi apontada a quantidade de alun@s matriculados nessas escolas e também dos professor@s existentes. Esses dados foram obtidos através da secretaria das escolas. Observa-se que nas escolas participantes das entrevistas há a predominância de professoras em relação a professores participantes. Esse fato se dá pela maior presença de professoras em relação ao número de professores que trabalham com alun@s de turmas de 5º ano nas escolas atendidas pelo PROERD, em São Leopoldo. Das sete escolas participantes do programa, seis estão localizadas em bairros do município de São Leopoldo em situação de vulnerabilidade social. A última escola, G, está localizada no bairro Centro do município, porém, alun@s dessa escola são crianças carentes,

que estão sendo acompanhadas pelo conselho tutelar, que possuem histórico de violência familiar.

Para que se entenda o contexto em que as escolas estão inseridas, identificando as razões para a escolha das mesmas pelo PROERD e também pelo mesmo motivo, pelo pesquisador, é necessário que se aborde o conceito de Vulnerabilidade Social. Foram realizadas diversas leituras sobre o tema, chegando à identificação de sua compreensão. Para Silva (2010) em seu artigo “Vulnerabilidade Social: explicando o Conceito”, o texto remete a observações importantes. Silva (2010) caracteriza vulnerável, como sendo “uma condição de ausência, carência de algo que pode ser material ou simbólico, que é físico ou psicossomático”. Portanto, entende-se que vulnerável não é sinônimo de pobre e que o fato de uma instituição (escola) estar desamparada por políticas públicas, bem como uma comunidade exposta por índices elevados de violência; um indivíduo (alun@) estar suscetível a assaltos; ainda assim, esses fatos não se relacionam ao fato de localização da escola em um bairro pobre. Ratificando o pensamento da autora com relação à vulnerabilidade social, essa aparece quando, trazendo para o contexto da pesquisa, determinada escola ou alun@s encontram-se desprovidos de meios que incidem sobre sua qualidade de vida. Por isso, quando da escolha das escolas que poderão participar do programa PROERD, dá-se prioridade às escolas que se encontram nessas situações ou que possuem alun@s atacáveis nesse sentido.

Após a aprovação e aceitação, por parte da direção, de todas as escolas na realização da pesquisa, percebeu-se a expectativa da escola na construção e aplicação do produto final.

Essa aproximação com as escolas escolhidas ocorreu durante o mês de agosto, período em que foram escolhidas as escolas que participariam do programa no segundo semestre de 2013 pela equipe de instrutores do PROERD do município de São Leopoldo. Com a identificação das escolas e do consentimento das respectivas direções, deu-se início ao processo de agendamento com professor@s das turmas que participariam do programa na segunda semana do mês de agosto de 2013. A pesquisa teve como foco, escolas que estão localizadas em lugares vulneráveis socialmente e, também, em escolas que apresentam alun@s em situação de vulnerabilidade social. Para a equipe de instrutores do PROERD que pertence ao 25º Batalhão de Polícia Militar de São Leopoldo, optou-se em trabalhar o currículo (curso assim chamado) do 5º ano, para crianças em escolas municipais,

de forma a ser voltado às turmas de alun@s com idade entre 10 e 12 anos, que esteja frequentando o quinto ano do ensino fundamental. Já o currículo de 7º anos, para adolescentes, é trabalhado em escolas estaduais do município, com turmas de alun@s que estejam frequentando o sétimo ano do ensino fundamental. O pesquisador/instrutor, durante o semestre que a pesquisa foi realizada, trabalhou em escolas estaduais, portanto, com turmas de sétimos anos. Todas as escolas em que as entrevistas foram realizadas, tais escolas mostraram interesse em receber a futura capacitação.

Durante os contatos realizados com professor@s que participavam do programa, foram selecionadas sete escolas que manifestaram interesse em participar da pesquisa por identificar-se com a importância do tema. Com base nas escolas, foram escolhidas sete turmas, uma de cada escola, para a realização das entrevistas a serem efetuadas com suas professor@s. As entrevistas foram realizadas, uma de cada vez, nessas escolas de acordo com o quadro de horário dos instrutores do PROERD, possibilitando a disponibilidade das professor@s durante o período dos encontros semanais (durante o encontro a professor@ de cada turma sede o espaço para o instrutor PROERD ministrar sua aula).

Por conveniência, as entrevistas foram pré-agendadas e no início de cada uma delas foram realizadas as explicações sobre os objetivos da pesquisa, Além disso, foi solicitada a assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), que está disponível no APÊNDICE A. Esse TCLE, apresentado aos professor@s participantes da pesquisa, contém informações como: título da pesquisa, objetivos, procedimentos que serão realizados e a importância da participação na pesquisa. Foram garantidas aos professor@s, participantes da pesquisa, a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento da entrevista, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na instituição.

Após a assinatura do termo, as entrevistas foram gravadas com a utilização de um gravador. Foi informado aos participantes sobre a preservação de seus nomes e reafirmado o compromisso do pesquisador na utilização dos dados somente para essa pesquisa. Os participantes foram informados sobre o fato de que não haveria despesas em qualquer fase do estudo e que possuíam o direito de receberem informações sobre os resultados parciais da pesquisa. O roteiro das entrevistas semiestruturadas encontram-se no APÊNDICE B.

De acordo com o roteiro das entrevistas, foi possível iniciar a pesquisa com @s professor@s. Deu-se início a todas as entrevistas, indagando os entrevistados acerca de suas histórias profissionais, quando de sua entrada no município e qual/quais a/as disciplina/s que lecionam ou já lecionaram na escola. Após essa introdução, foram abordados assuntos relevantes à pesquisa, bem como situações de violência de gênero, que já haviam acontecido na escola envolvendo alun@s, em ocasiões presenciadas por el@s. À medida que o pesquisador foi identificando situações de violência envolvendo gênero, foi solicitado ao pesquisado que narrasse, do início ao fim, como e de que forma aconteceu. Mostrando o interesse sem intervir na gravação, o pesquisador realizou a escuta ativa, podendo perceber durante os relatos manifestações ocorridas e, com isso, dar ênfase ao objetivo da pesquisa.

Cabe ressaltar que durante uma entrevista com uma professora, no início da entrevista, no momento que antecedeu a gravação, quando indagada pela sua percepção de atos de violência na escola, essa professora desistiu de fazer parte da pesquisa, vindo a não participar dela. Os motivos trazidos pela professora para a não participação na pesquisa referem-se, segundo ela, ao pouco tempo de docência na escola e por não querer “se queimar”, expressão usada pela professora, quando se refere ao fato de não querer participar para não ter eventuais problemas, seja com a direção da escola ou outras situações. Foi respeitada a sua solicitação, não sendo gravada a entrevista.

Para fins da preservação da identidade das escolas e d@s professor@s participantes das entrevistas, foi adotado pelo pesquisador uma letra do alfabeto para identificar cada escola e um nome popular fictício para cada entrevistad@. Dessa maneira, o nome usado na análise para as professor@s não são os mesmos das professor@s que realizaram as gravações para a pesquisa e que além das entrevistas realizadas com professor@s, foram coletadas reportagens sobre o tema proposto.

4.2.3 Sistematização dos dados

A sistematização dos dados envolveu a transcrição literal de todas as entrevistas realizadas, bem como organização das reportagens encontradas sobre o tema no âmbito de São Leopoldo.

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, pois foi possível a aplicação da técnica com entrevistas, que contemplaram narrativas, permitindo que a coleta de dados fosse realizada de forma mais aberta. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada permite a descrição dos fenômenos sociais, sua explicação e a compreensão de todos os fenômenos sociais em sua totalidade, mantendo a presença atuante e consistente do pesquisador no processo de coleta de informações. As narrativas, conforme Flick (2013), aconteceram no momento em que professoras e professores começaram a narrar eventos da maneira que vivenciaram do início até o fim.

Dessa forma, as entrevistas aconteceram de forma individual e com abertura para que o entrevistado explicitasse seus pensamentos, proporcionando ao entrevistado descrever as observações por ele presenciadas e, ao mesmo tempo, a realização da escuta ativa do pesquisador.

O processo de transcrição foi realizado pelo autor para que o mesmo tivesse contato direto com os dados desde a transcrição, maneira essa que fez com que fossem levantadas questões para a análise posterior. As transcrições demoraram aproximadamente 20 horas para sua realização, perfazendo a média de uma hora de transcrição para cada 10 minutos de gravação.

O Quadro 4 apresenta uma sistematização das entrevistas, no qual consta o número de entrevistas, a escola, o número de alunas e alunos, o bairro que a escola nos quais o entrevistado está inserido e a quantidade de páginas da transcrição. Após a coleta das entrevistas, as narrativas foram agrupadas de acordo com as categorias apresentadas na pesquisa para análise, conforme pode conferir-se no quadro abaixo.

Quadro 4 – Sistematização das entrevistas

N.º de entrevistas	Escola Municipal/ Nº de alunos	Professores(as) Disciplina	Bairro que a escola está inserida	Páginas de transcrição
01	Escola A 588 alunas(os)	Professora Música	PARQUE ITAPEMA	3 páginas
01	Escola B 600 alunas(os)	Professora Artes	PARQUE MAUÁ	8 páginas
01	Escola C 398 alunas(os)	Professor Artes	CAMPESTRE	11 páginas
01	Escola D 440 alunas(os)	Professora História	FEITORIA	10 páginas
01	Escola E 560 alunas(os)	Professora Português	BOM FIM	2 páginas
01	Escola F 465 alunas(os)	Professor Português	SANTA MARTA	9 páginas
01	Escola G 130 alunas(os)	Professora Leitura/Oralidade	CENTRO	3 páginas

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2014.

Os dados secundários utilizados dizem respeito às reportagens, como, por exemplo, a reportagem de capa do jornal Vale dos Sinos – VS, do dia 23/09/13, conforme ANEXO A, “Mediação é a 1ª lição contra a violência”. Com destaque especial, localizada na página 03 do referido jornal, o texto refere-se à iniciativa da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul em começar, com as escolas Leopoldenses, o projeto de mediação de conflitos com a participação de 4,5 mil mediadores, na tentativa de reduzir a violência nas escolas e nas suas imediações. Através do diálogo entre professor@s, alun@s e direção, o projeto busca encontrar novas soluções para o problema e, com isso, frear a violência na sua raiz. Entre os assuntos abordados pelo curso, estão os conceitos de violência, *bullying*, preconceito, violência física e verbal.

Já em reportagem do dia 14/12/13, conforme ANEXO B, o Jornal VS faz um raio-x da cultura em São Leopoldo, apontando essa como uma cidade que precisa avançar em relação ao tema. De acordo com depoimentos de pessoas relacionadas à cultura na cidade e do Estado, entre eles o Secretário Adjunto da Cultura da época, Jeferson Assunção, ressalta que a cultura gera um ambiente de combate à violência, pois representa um esforço afetivo do cidadão para com a sua cidade.

De maneira coerente, com os preceitos éticos o pesquisador não sugeriu ou interferiu nas respostas dos entrevistados, realizando a escuta ativa. Para Barbieri &

Leão (2012, p. 5), “essa técnica permite que o profissional desenvolva um diálogo entre as partes, buscando ouvir o indivíduo falante dentro do seu significado completo”. Portanto, a escuta ativa permite que durante a entrevista o pesquisador demonstre interesse por aquilo que está sendo dito, sem interromper o entrevistado e permitindo que ele possa expor suas respostas sem intervenções.

4.2.4 Análise dos dados sistematizados

Depois dos dados sistematizados, procedeu-se à sua análise. O método utilizado para analisar os dados é inspirado na análise de conteúdo. Uma das autoras de referência sobre o tema é Bardin (1979). Conforme Bardin (1979, s/p.): “a análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real”. Isso quer dizer que o pesquisador busca ir além dos relatos trazidos pelas professoras e professores com relação à violência de gênero existente nas escolas estudadas.

A escolha do método permitiu ir além, buscando informações por trás das entrevistas realizadas com professor@s, bem como escritos de jornais sobre a violência existente em escolas no município de São Leopoldo e também através da comunicação não verbal de professor@s durante a realização das entrevistas. O modo que o corpo reagia diante do questionamento, a vergonha/timidez por estar tendo sua fala gravada, expressada através do olhar. Por isso, esse método contempla todos os dados utilizados pelo pesquisador durante a realização da pesquisa, dados esses como: entrevistas, reportagens de jornais e percepção do pesquisador em relação aos entrevistados.

Optou-se por utilizar Bardin (1979), pois ela organiza em três grandes fases a análise de conteúdo: a primeira delas é a pré-análise, dividida em quatro etapas que são: a leitura flutuante, que ocorre no momento em que se começa a entender e familiariza-se com o texto ser estudado. A segunda etapa refere-se à escolha de documentos, que é a definição do que será estudado partindo, logo em seguida, para a terceira etapa, que é a formulação das hipóteses e dos objetivos propostos. A última etapa da primeira fase consiste na referência dos índices e elaboração dos indicadores (BARDIN, 1979). Deve-se salientar que a análise da presente pesquisa teve inspiração no entendimento de Bardin (1979) sobre análise de conteúdo, uma vez que não se chegou a realizar quantificações e indicadores dos dados

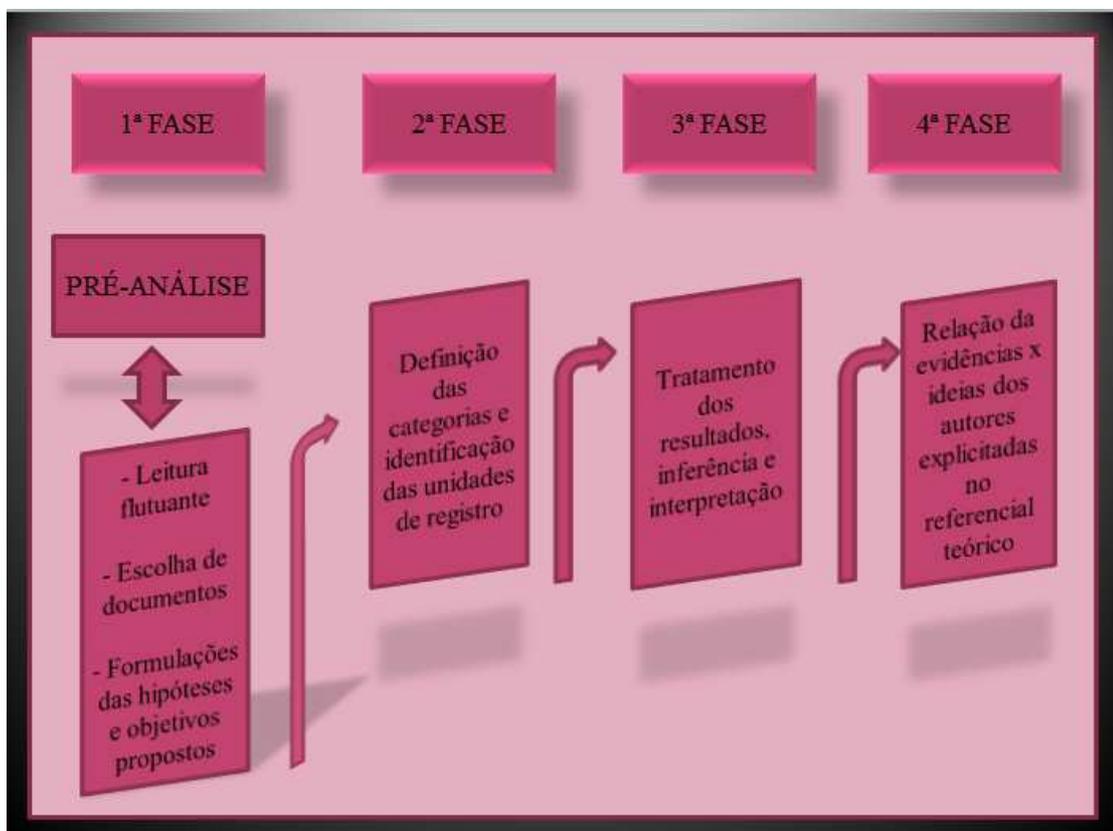
encontrados por se considerar que não haveria necessidade e nem seria coerente com o objetivo da pesquisa.

A segunda fase da análise reporta a definição de categorias e a identificação das unidades de registro (BARDIN, 1979). É uma fase importante, pois, baseada nas hipóteses e no referencial teórico, será possível realizar a categorização. Essa fase foi realizada com atenção pelo autor deste trabalho.

A terceira e última fase trazida por Bardin (1979), diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nessa fase acontece a preparação para a análise através da intuição do autor.

A quarta fase consiste na relação entre as evidências (que surgiram a partir da categorização dos dados e interpretação) e o referencial teórico, em que partindo-se das evidências (assuntos, temas, manifestações, e situações) voltou-se ao referencial teórico para um melhor entendimento de cada categoria, descrevendo essa relação. A seguir, são representadas na figura 2 as fases utilizadas para a análise da pesquisa.

Figura 2 – Fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2014.

A partir do entendimento de Bardin (1979), a análise de conteúdo ocorreu da seguinte forma: Na primeira fase, ocorreu a leitura flutuante das entrevistas transcritas, surgindo questões norteadoras decorrentes do estudo realizado sobre violência, gênero, violência de gênero, violência de gênero nas escolas, *bullying* e currículo oculto. Essa aproximação com os temas proporcionou ao autor sua familiarização com conceitos apontados por pesquisadores, logo em seguida definiu-se os temas que se repetiram nas entrevistas realizadas, bem como no caderno de campo e nas reportagens utilizadas, os quais serviram de base para eleger as categorias da pesquisa.

Com o objetivo de analisar como são percebidos, pelos professor@s, as manifestações de violência explícita ou implícita de gênero e também elaborar um projeto de capacitação voltado a esses profissionais, partiu-se para a última parte da primeira fase. Essa fase encerra-se com a seleção do material a partir dos relatos das professor@s. Já na segunda fase da análise de conteúdo, realizada pelo autor, foram realizados os recortes dos acontecimentos (nesse caso os dados das entrevistas) e a escolha das categorias emergidas de maneira expressiva a partir das falas utilizadas pelas(os) entrevistadas(os) de acordo com os objetivos da pesquisa. Na última fase, na análise de conteúdo, foram relacionadas as evidências com as ideias dos autores, de acordo com o referencial teórico.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados desta pesquisa emergiram, a partir da sistematização da Análise de Conteúdo, as seguintes categorias de análise: preconceitos relacionados a gênero, currículo oculto, *bullying*, e *bullying* homofóbico os quais são explicitados a seguir.

5.1 Categoria de Análise: preconceitos relacionados a gênero

A primeira categoria que emergiu dos dados foi o preconceito em relação a gênero. Observa-se que na entrevista realizada com a professora Maria, na escola A, existem manifestações relacionadas à violência entre meninas, porém não se encaixa no conceito de violência de gênero, pois não há desigualdade de gênero e sim um sentimento (ciúme) adotado pela menina em relação à outra, gerando a violência física. Pode-se verificar na fala da professora Maria:

[...] eu lembro de uma vez, no pátio, que uma menina ficou esperando a outra porque um menino ficou olhando para ela e ela já namorava esse menino né, e por isso... só para chamar a atenção.. daí a outra menina ficou com ciúme e aí onde se agarraram mesmo, nos tapas e nos cabelos [...].

Conforme Taquette (2009), a violência de gênero ocorrerá no momento em que a diferença gerada pelas desigualdades se transformar ou resultar em um conflito. Essa forma de violência é tão naturalizada culturalmente que muitos homens ignoram que estão praticando violência e suas vítimas também não se percebem violentadas, complementa a autora. Na manifestação relatada pela professora Maria, na escola A, refere-se ao conflito existente entre duas meninas em relação à atenção dada a um menino que era considerado namorado de uma das meninas. O conflito se deu em virtude do menino ter olhado para outra menina e sua namorada não gostou, e por sua vez, com ciúmes, veio a agredir a outra menina. Muitas vezes, irão ocorrer desentendimentos entre menin@s que não necessariamente serão considerados uma violência causada a partir do gênero, mas por motivos comuns da idade, tais como ciúmes e namoros passageiros. Nem toda a briga ou desentendimento causada entre meninas ou entre meninos, ou ambos, será violência de gênero. Isso significa que na escola A, na turma da professora Maria,

houve violência física por parte das meninas e também preconceito por parte da professora no momento do seu relato ao pesquisador, quando se refere a uma das meninas “[...] só para chamar a atenção [...]”.

Com relação ao entendimento sobre preconceito, utiliza-se Antunes e Zuin (2008, p. 37) que referencia os psicanalistas Jahoda e Ackerman (1969), caracterizando preconceito como “uma atitude de hostilidade nas relações interpessoais, dirigida contra um grupo inteiro ou contra os indivíduos pertencentes a ele, e que preenche uma função irracional definida dentro da personalidade”.

Portanto, adaptando o entendimento de Jahoda e Ackerman (apud Antunes e Zuin, 2008), cada professor@ possui um conjunto de hábitos, sentimentos e aspirações adquiridos na sua vida social, que são agentes formadores da sua personalidade. Contudo, esse processo de socialização que o indivíduo (professora ou professor) atravessa, faz com que se formem valores e maneiras de pensar e agir.

Além das entrevistas, o autor buscou analisar, através das observações feitas com professor@s participantes da pesquisa, o “algo mais”, que muitas vezes não é perceptível com a realização das entrevistas. Para Oliveira A. A. (2010), a observação é uma ferramenta utilizada por possibilitar ver o comportamento dos participantes e com isso descobrir novos aspectos.

Observou-se, também, outras evidências dentro dessa categoria. Na entrevista realizada com a professora Joana, na escola B, torna-se interessante observar/verificar a fala da professora Joana: “[...] *aí eu não aguentei, aí fiquei curiosa para saber o que era a roupa da fulana. Tu olhava: aquilo era um escândalo, realmente era um short curto, justo, típico assim... passe a mão em mim [...]*”

Observa-se no relato da professora Joana, da escola B, a percepção subjetiva da docente como uma forte evidência de preconceito relacionado ao gênero, neste caso feminino, deixa transparecer sua atuação. A professora deixa transparecer em sua fala o sexismo⁸ na expressão “passe a mão em mim”. Esse tipo de comentário, por parte da professora, precisa ser evitado para que se busque uma educação sem discriminação.

⁸ Sexismo: Atitude de discriminação fundamentada no sexo. (MARTINS, D. A.; TOLENTINO, L.; NOGUEIRA, P. H. Q., 2009) Ex. Machismo.

De acordo com o CLAM (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos), cabe também à professora identificar, acompanhar e denunciar manifestações de violência de gênero contra crianças e adolescentes. Para que isso ocorra, é necessário conhecer o que é violência de gênero. Para o CLAM (2009, p. 35) “Violência de gênero é aquela oriunda do preconceito e da desigualdade entre homens e mulheres”. O desconhecimento sobre determinado assunto aliado à “bagagem” cultural de determinado professor ou professora poderá surtir um efeito contrário do esperado, tal como observado no comportamento da professora Joana.

Nesta manifestação, pode estar se referindo ao preconceito relacionado ao gênero existente com relação ao tamanho da roupa utilizada pela aluna na escola B. Isso significa que na escola B, há evidências de preconceito de gênero por parte da professora, tendo como vítima a sua aluna.

Para Adler e Towne (2000), quando uma pessoa apresenta fortes emoções, significa que algo está acontecendo, ou seja, há algum componente psicológico que está provocando emoções consideradas exacerbadas para determinada situação. Nessa manifestação, nos dois momentos (entrevista + sala de aula) a professora chorou.

Na entrevista realizada com a professora Fernanda, na escola C, torna-se interessante observar que há evidências de uma diferenciação entre meninos e meninas relacionadas a gênero. Pode-se observar, na fala da professora Fernanda: “[...] menina é meio que vulgarizada, eles não valorizam, eles não respeitam, mas vai colocar isso na cabecinha deles é bem complicado [...]”. Pode-se observar na fala da professora mais um ato de preconceito em relação às meninas. Em sua fala, observa-se na expressão “menina é meio que vulgarizada”, uma tendência à generalização de que “todas” as meninas são vulgarizadas.

Conforme Louro (2007), a escola é também um espaço de relações sociais e não somente um espaço cognitivo. É um local de relações com os outros espaços culturais, onde o poder se encontra e se organiza, produzindo significados a respeito de família, sexualidade, gênero, raça, justiça, consumo, entre outros. Observa-se a existência de preconceito com relação às meninas, por parte da professora, quando essa se refere, de maneira subjetiva, dando a entender que é natural que todas as meninas sejam vulgarizadas.

Para Adler e Towne (2000), reações não-verbais são mudanças físicas que acompanham as emoções. Para eles, “mãos tremulas podem indicar excitação,

ou podem ser um sinal externo de medo”. Por isso, o fato de ir até uma delegacia de polícia deixou a professora preocupada com o desfecho do processo por envolver ela e a escola. É importante salientar que Fernanda atua como professora na parte da manhã e como vice-diretora no turno da tarde.

Já na entrevista realizada com a professora Fátima, na escola D, torna-se importante observar que há disputa por espaços “de meninos” e “de meninas”. Pode-se observar na fala da professora Fátima:

[...] porque os meninos sempre queriam passar a perna nas meninas que achavam que as meninas não tinham os mesmos direitos deles, que futebol seria só deles, que eles teriam mais direito [...];
[...] eles falaram que elas deveriam sair para deixar eles, mas não sei se elas deveriam sair [...];
[...] que elas eram patricinhas que elas não deveriam estar jogando futebol, que elas deveriam ir para cozinha, aquele tipo bem machista que se criam em um bairro onde a valorização é maior do machismo [...].

Conforme Scheider *et al.* (2011), como nossa cultura foi desenvolvida em um sistema patriarcal e machista (comportamento que tende a negar à mulher os direitos concedidos ao homem), a naturalização de diferentes tipos de violência foi agravando ainda mais a situação da mulher na sociedade. Existe uma divisão de espaços pré-definidos onde meninas não podem realizar determinadas tarefas tidas como exclusiva dos meninos. Nessa manifestação, refere-se à ocorrência de gênero. Isso é resultado de um sistema e/ou uma cultura que ainda possui características machistas, onde, por exemplo, determinadas tarefas como a de lavar a louça, é tida como atribuição de ‘mulher’ e jogar bola é atividade apenas de homens. Isso significa que na escola D há evidências de preconceito de gênero por parte dos meninos quando, assumindo comportamentos machistas, reportam às meninas a realização de tarefas tidas por eles como exclusiva de meninas e também da professora, quando se refere ao fato de não saber se as meninas deveriam sair, pois o jogar bola não é atividade apenas de meninos.

Fica claro, conforme a contribuição de Scheider *et al.* (2011), que a cultura vigente foi desenvolvida em um sistema machista e, portanto, há a presença de comportamentos machistas que tendem a privar as mulheres de determinados direitos.

5.2 Categoria de Análise: Currículo Oculto

A segunda categoria que emergiu dos dados é o currículo oculto. Na entrevista realizada com a professora Maria, na escola A, torna-se interessante observar que fica um guarda na porta de acesso à instituição, verificando a roupa de alunas e alunos. Pode-se verificar esse aspecto na fala da professora: “[...] porque na escola [...] já na entrada [...] o pessoal que ficava ali no portão já orientava da vestimenta [...] então já não entrava adequado [...] era mandado pra casa [...] não deixava entrar [...] e assim mesmo tinha NE [...]”.

Esse tema é entendido por Magalhães e Ruiz (2011), como o currículo oculto de uma escola, o qual consiste de suas regras e procedimentos disciplinares, estrutura de autoridade, distribuição de prêmio e castigo, e normas e valores compartilhados. De forma implícita, a escola possui regras, valores, disciplina de alunas e alunos. Portanto, observa-se que a escola, através do seu currículo oculto, acaba impondo regras internas específicas, nesse caso, referem-se a controles disciplinares que geram restrições a alun@s no acesso à instituição de ensino. As restrições referem-se às roupas das alun@s. Nessa lógica, o tipo de roupa usada pela alun@ poderá ser o fator condicionante para o acesso à escola ou não. Isso significa que na Escola A há a atuação do currículo oculto voltado para a vigilância sobre as roupas das alunas e alunos, especialmente no que se refere às questões de sexualidade que podem estar representadas em suas roupas.

Foram observadas outras evidências dentro da categoria currículo oculto. Na entrevista realizada com a professora Fernanda, na escola C, torna-se interessante observar que existem regras internas no que se refere a não permissão de determinados tipos de roupas usadas por alunas e alunos, não sendo aceitáveis no ambiente da Escola C. Pode-se verificar na fala da professora, vários momentos em que ela relata:

[...] da manhã e da tarde, a gente já proibiu [...]; [...] aqui dentro da escola não!;
Não é lugar, há lugares e lugares, que tem que acontecer, aqui não é local [...];
[...] porque a escola, meio que coíbe, tem que vir com o uniforme da escola e bermuda a 4 palmos do joelho. Não pode ser muito curtas as bermudas. É mandado a professora comprar várias camisetas e o aluno que não tem camiseta em casa ele usa as que têm na escola [...].

Há uma estrutura de autoridade exercida pela escola que fica evidente na fala da professora Fernanda, que vão além de regras com relação ao tamanho de bermudas utilizadas pelas meninas. A escola, através do seu currículo oculto, acaba impondo regras internas específicas, que nessa manifestação, referem-se a controles disciplinares que geram restrições a alun@s ao acesso à instituição de ensino. As restrições referem-se às roupas de alun@s.

Já na entrevista realizada com o professor João, na escola F, torna-se interessante observar a presença do currículo oculto apresentado pela escola. Pode-se verificar na fala do professor:

*[...] namorico [...] chegar mais perto, para escola não tem regras como são crianças [...] não pode [...];
[...] tem que cuidar da cabeça, dos piolhos, os olhos, fazer teste de visão, mas não vem ninguém para trabalhar, estudar esta questão do comportamento sexual para saber como dirigir isso. Para formulação de políticas públicas [...].*

Essa norma adotada pela escola em não trabalhar questões relacionadas ao comportamento sexual faz com que se estabeleça o perfil adotado pela instituição. Esse posicionamento da escola em dar prioridade para alguns assuntos em relação a outros como a sexualidade, por exemplo, faz com que se diferencie das demais pela postura adotada.

Conforme Godoy (2010, p. 73),

O currículo oculto compreende um complexo de práticas e símbolos criados pela escola, com a determinação dos arranjos de espaços físicos definidos em seu interior, na instituição de rituais e normas de conduta adotados em cada estabelecimento.

Portanto, essa prática adotada pela escola F e repassada pelo seu professor, caracteriza o padrão adotado pela escola em não abordar determinados assuntos não menos importantes.

Na entrevista realizada com a professora Fátima, na escola D, torna-se interessante observar que existem regras com relação ao comportamento e atitudes de alunas e alunos. Pode-se verificar na fala da professora:

[...] como castigo eles passaram duas semanas sem poder usar a cancha, que a gente entrou em acordo depois, que eles ficariam sentados, e as meninas usariam a cancha, porque eles invadiram o espaço delas [...].
[...] sim, tomou a atitude de retirar os meninos, mas não deu nenhuma punição. Depois eu quem dei [...].

De acordo com Magalhães e Ruiz (2011), o currículo oculto de uma escola se apresenta também na forma de distribuição de castigo. Nessa manifestação da Escola D, refere-se a regras de distribuição de prêmio e castigo e também há uma estrutura de autoridade. A punição é imposta em forma de castigo para uns e prêmio para outros. Em outro momento, a escola não aplica nenhuma medida administrativa com o intuito de reprimir tal ato, mas a professora o faz, de maneira autoritária, criando suas próprias regras ou seu próprio castigo. Por esse motivo, entende-se que na escola, há a atuação do currículo oculto voltado para a privação de espaços de comum utilização e também com relação à autoridade da professora. Pode-se perceber o quanto a própria escola não tem regras claras a respeito dos limites de ação das professor@s para lidar com a temática aqui apresentada.

Torna-se interessante observar na entrevista realizada com a professora Patrícia, na escola E, que existem regras internas onde não é permitido ouvir determinado tipo de música. Pode-se verificar na fala da professora: “[...] teve uma vez [...] um aluno trouxe o cd de funk para a escola e pediu para que eu colocasse no rádio. Expliquei que aquelas músicas não poderiam ser tocadas na escola [...]”.

Conforme Vilhena (1999), entre as tipologias possíveis de currículo, está o oculto, que por sua vez, são os conhecimentos/atitudes/valores que o aluno adquire e que não são ensinados por ele (professor). Portanto, o aluno traz para a sala de aula um valor que para ele tido como importante (música funk), só que não é permitido pela instituição escola a sua reprodução. Observa-se um procedimento adotado pela escola onde determinado “estilo” de música não é aceito por se tratar de um ambiente escolar e que por esse motivo, não poderá ser ouvida na opinião de alguns entrevistados. Nessa manifestação, refere-se a normas e valores compartilhados. Isso significa que na Escola D, há a atuação do currículo oculto voltado para a observância das regras estabelecidas e de valores cultuados pela instituição.

Por fim, a última evidência apresentada dentro da categoria currículo oculto, ocorreu na entrevista realizada com a professora Carla na escola G. Torna-se interessante observar que existem regras internas de mediação de conflitos e

restrições com relação à música. Pode-se verificar na fala da professora: “[...] foram chamados os professores [...] foi chamado o que colocou o apelido [...] o que foi ofendido [...] e foi pedido que não era pra dizer tal coisa... explicado se não ia ter algum tipo de correção. Não porque lá não tem música na hora do recreio [...]”.

A presença de currículo oculto ocorreu de duas formas. Na primeira, aparece na forma de procedimentos disciplinares e na segunda, com relação a normas e valores compartilhados. Existem regras impostas pela escola na solução de conflitos. Caso essas regras não sejam aceitas, existe a possibilidade de uma “correção” para as partes envolvidas. Nessa manifestação, refere-se a regras e procedimentos disciplinares, uma vez que não há a presença de música no horário do recreio. Com isso, o autor recorre novamente a Godoy (2010), para explicar que a prática adotada pela escola é a que definirá a sua conduta. Os procedimentos adotados pela escola também irão formar o seu currículo oculto. Isso significa que na escola G, há a atuação do currículo oculto voltado para a solução de conflitos internos a escola e também a ausência de música na hora do recreio.

5.3 Categoria de Análise: *Bullying*

A terceira categoria que emergiu dos dados foi o *bullying*. Observa-se que na entrevista realizada com a professora Fernanda, na escola C, torna-se interessante observar que há ocorrências de violência psicológica representadas por grupos de alunos. Pode-se observar na fala da professora:

[...] ai a própria vítima acaba não falando e a gente percebe que houve coisas graves, mas eles têm medo dos maiores [...];
[...] que elas se intitulam “o bonde da aldeia” e ameaçam as outras e ai te olham diferente, e de tal maneira elas tentam a implicar com as outras colegas [...];
[...] é uma ameaça velada, geralmente elas se encontram no banheiro e as outras já nem vão. Ai já tem que [...] no banheiro durante o recreio, e a gente fica circulando pelo pátio, ai elas meio que esbarram na merenda, já olham diferente [...];
[...] as meninas começaram a chamar ele de [...] e ai o que aconteceu, os outros meninos também começaram a colocar pilha [...] É ai o garoto ficou meio que rotulado não querendo vir para escola [...].

Nessa manifestação, refere-se à *bullying* ocorrido na escola G. Essa relação do poder exercido por grupos ou por um indivíduo autor ou autora, gera na vítima, conforme a sua frequência, um sentimento de dor, de angústia e que com o passar

do tempo irá refletir no seu rendimento escolar podendo a vítima vir a evadir-se. Isso significa que na escola, há várias evidências de ocorrências de *bullying*.

Foram observadas também outras evidências dentro da categoria *bullying*. Na entrevista realizada com a professora Fátima, na escola D, torna-se interessante observar que houve, em função da discriminação, ataques físicos repetidos contra um aluno (agressão física). Pode-se observar na fala da professora: “[...] ele sofria certa discriminação com aqueles outros que eram largados. *Sabe, qualquer coisinha eles davam um chute nele, qualquer coisinha [...] porque os outros tinham uma inveja, um ciúme, de ele ter as coisas e os outros não ter [...]*”.

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2009), aponta o *bullying* como sendo a violência de maior presença nas escolas naquele ano (25,4%). Os ataques físicos frequentes oriundos de um sentimento (ciúme) são formas de *bullying* ocorridos em escolas. A agressão física realizada de forma repetida pelo grupo fez com que a vítima sofresse *bullying* pela diferença da posse de materiais em reação aos demais. A violência física gerada pela inveja interfere na autoestima de alun@s.

Isso significa que na escola D, há ocorrência de *bullying* gerada pelo comportamento agressivo dos colegas em relação à vítima.

Torna-se interessante observar que houve o isolamento de uma aluna em função das suas condições higiênicas, conforme relato da professora Fátima, na escola D, Pode-se observar na fala da professora: “[...] *ela era meia, cheirando a chulé, tava suando [...] normal, muita roupa. Ai ela era deixada um pouco de lado, tanto quanto pelas meninas quanto pelos meninos [...] elas não falavam nada, só iam largando ela de lado [...]*”.

Para Leão (2010), as consequências provocadas pelo *bullying* geram, por vezes, danos e traumas irreparáveis na vida da criança/adolescente, podendo refletir (ter efeitos) desde logo, como por exemplo, baixa autoestima, estresse, depressão, queda no rendimento escolar, pensamentos de vingança para com o agressor e até mesmo suicídio. A percepção da professora dá origem ao comentário depreciativo sobre a aparência pessoal da menina. Essa forma de *bullying* se apresentou de maneira indireta, quando houve o isolamento social. Isso significa que na escola D, houve *bullying* por parte dos alunos e alunas da turma para com a menina.

Por fim, a última evidência apresentada dentro da categoria *bullying*, ocorreu na entrevista realizada com a professora Joana, na escola B. Torna-se interessante observar que, nessa manifestação, existe o preconceito pelo fato do menino ser

obeso. É possível observar na fala da professora: “[...] logo que ele quando veio, eles faziam chacota! Olha ali, vai rolar... vai rolar da escada, ele é uma bola [...]”.

Conforme Silva (2010), o intuito de intimidar, maltratar, humilhar, faz do agressor um autor de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, impondo sua autoridade e mantendo suas vítimas sob seu domínio. A compleição física do menino foi o fator gerador para o preconceito. A obesidade é sem dúvida um dos motivos de *bullying* nas escolas. “Zoar”, de maneira que a vítima passe vergonha gera uma violência psicológica que terá consequências mais ou menos graves para a vítima.

Isso significa que na escola, pode estar havendo violência de gênero exercida por alun@s em função da obesidade da vítima.

Observa-se que na entrevista realizada com a professora Fátima, na escola D, aparece o uso de tecnologia da informação para a divulgação de fatos ocorridos. Pode-se observar na fala da professora: “[...] o irmão mãos velho veio para tirar satisfação dos outros meninos porque ele tinha sofrido *bullying* no facebook... que ele andava de calcinha rosa, que ele era mulherzinha, este tipo de coisa [...]”.

Para Juvonen e Gross (2008), essa é uma forma de *bullying* que ocorrida através de xingamentos e insultos utilizando-se de mensagens eletrônicas instantâneas. Assim como o *bullying*, o *cyberbullying* também é bastante frequente em escolas e produz consequências para a vítima.

A diferença entre os dois ocorre na forma de como são realizadas. Para a prática do *cyberbullying* há a necessidade de tecnologias de informação e de aparelhos eletrônicos conectados a internet para a sua realização.

Isso significa que na escola D, houve o *cyberbullying* no momento da utilização dos meios eletrônicos para a prática do *bullying* quando utilizou sites de relacionamento para expressar a sua violência.

5.4 Categoria de Análise: *bullying* homofóbico

A quarta e última categoria que emergiu dos dados é o *bullying* homofóbico. Observa-se essa categoria na entrevista realizada com a professora Fernanda, na escola C, onde torna-se interessante observar que houve uma forma de discriminação gerada pela sexualidade ou pelo gênero. Pode-se observar na fala da professora: “[...] eles pegam geralmente os pequeninhos que sofreu *bullying* porque

eles tão achando que ele era homossexual, daí tem ou não comprovação se ele é homossexual... eles acabam tentando diminuir [...]”.

Conforme a UNESCO (2013, p. 11) “*bullying* homofóbico é um tipo de *bullying* motivado pela orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida da vítima”. Aqueles que possuem uma sexualidade diferente ou cujo sexo difere do gênero, são alvos pelo fato de serem considerados “diferentes”. É uma realidade que está bastante presente nas escolas pesquisadas. O preconceito gerado a partir da orientação sexual da vítima se transforma em agressão. De acordo com a Unesco (2013), a violência se dá pelo fato de que a vítima apresenta uma orientação sexual, uma identidade de gênero diferente da do agressor ou pelo fato da vítima possuir o sexo diferente do gênero. Isso significa que na escola C houve evidências da presença de *bullying homofóbico* praticado por determinado grupo.

Foram observadas também outras evidências dentro da categoria *bullying homofóbico*. Na entrevista realizada com o professor João, na escola F, torna-se interessante observar que há ocorrência de várias manifestações de *bullying homofóbico* gerados pela discriminação, fruto da percepção sobre a sexualidade ou do gênero.

É possível observar na fala do professor, as diversas situações citadas por ele:

*[...] em alguns alunos que são assim... um pouco diferente, que o comportamento é diferente dos outros, aí os meninos ficam chamando isso ou daquilo, que gostam de ficar brincando com as meninas, já tem a taxação, chamados de gay, veado, isso é uma violência muito grande[...];
[...] pois às vezes estão em grupos de dança, onde só tem menina, aí é gay. Mesmo que o menino tem a sua orientação sexual, a gente não apressa [...];
[...] na verdade a normalidade é ser parecido para ser aceito, e quando alguém não é tão parecido ou pensa de qualquer outra forma as pessoas tem alguma resistência, uma grande resistência, principalmente quando envolve a questão sexual [...];
[...] mas eles reproduzem o que ouvem em casa. A homofobia do pai que vai matar o filho, se for [...] a própria televisão. Ai tu ouve os colegas chamando as colegas de cadelas [...];
[...] ai eles debocham dele, chamam de gay, bichinha, veado, né, eles mesmo quando estamos dentro da sala de aula, eles sabem que vão ser repreendidos.*

Observa-se, nos vários relatos apresentados pelo professor, a presença de *bullying homofóbico*. Esses relatos apresentados pelo professor vêm ao encontro da reflexão realizada por Erbisti (2011, p. 8), quando lembra que ninguém nasce

preconceituoso, mas se torna preconceituoso a partir do meio social em que se está inserido. Para a autora, aprende-se a ser excludente no momento em que se está inserido em um contexto em que se reproduz a violência. Nessa manifestação o *bullying homofóbico* ocorre porque, como traz o professor, há uma reprodução em casa, repassada pelos pais ou pelos meios de comunicação (televisão). Além disso, o professor atenta também ao fato de um menino participar de aulas de dança na escola e por esse motivo, serem taxados de gay pelos demais colegas, como se a dança fosse de exclusividade de meninas.

Na entrevista realizada com a professora Patrícia, na escola E, torna-se interessante observar que há evidências da ocorrência de *bullying homofóbico* geradas pela sexualidade ou pelo gênero. Pode-se observar na fala da professora:

[...] ele demonstra ser homossexual quando dança... com gritos finos... um quadro bem triste de rejeição pela mãe. Teve uma vez que as crianças zombavam ele por ter estas atitudes, logo foi encaminhado para o psicólogo... e hoje está melhor [...];
[...] este menino é completamente afeminado, brinca de boneca, coloca a camisa na cabeça... como se fosse cabelo comprido [...];
[...] ele não brinca com meninos, só com meninas... ele se acha uma menina... é muito interessante... diferente [...];
[...] olham para ele com olhar de engraçado...ficam zoando...tirando sarro... assim sabe? Todas as brincadeiras tem um ar de... sensual... parece que ele foi abusado... mas não tem como saber isso sabe [...].

Outro fato importante apontado pela UNESCO (2013) diz respeito aos autores de *bullying homofóbico*. Em algumas manifestações, os autores podem ser professores ou funcionários da escola. Esse fato ficou evidente nessa manifestação da escola E, e isso significa que na escola há *bullying homofóbico* exercido por alunas e alunos e também por parte de professores, em função da sua sexualidade quando da fala da professora “este menino é completamente afeminado”. A percepção subjetiva da professora fica evidente em sua fala, tornando-se autora de *bullying homofóbico*. Outro fato importante a ser destacado diz respeito ao “brincar de boneca” como se fosse exclusividade de meninas

Por fim, a última evidência apresentada dentro da categoria *bullying homofóbico* foi verificada na entrevista realizada com a professora Carla, na escola G. Torna-se interessante observar a ocorrência de *bullying homofóbico*, gerada pela sexualidade ou pelo gênero. Pode-se observar na fala da professora:

[...] eu tenho um caso de uma menina de 11 anos, que só se relaciona com os meninos, joga futebol, joga... ham... qualquer tipo de interação, toda ela é realizada só com meninos [...];

[...] há tem um caso de um menino que só queria trabalhar com meninas... aí os meninos eram mais excludentes assim...eles falavam que ele não ia participar dos jogos dos meninos porque ele sempre trabalhava com as meninas dentro da sala [...];

[...] chamavam de... chamavam ele de mariquinha, Maricota, essas coisas assim...mas desses outros apelidos assim como “Veado” essas coisas assim... bichinha [...];

[...] todo mundo observa que ela é diferente das outras meninas né, ela não é de...ela não é de amarrar cabelo, passar batom, de se arrumar... ela já caminha diferente que as outras meninas...ela se mostra diferente das outras meninas [...].

Esse tipo de violência poderá apresentar uma série de resultados negativos para suas vítimas e também para a escola como um todo. Para Dinis (2011), o *bullying homofóbico* tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero, diferentes da norma heterossexual devido ao preconceito e à discriminação sofrida no espaço escolar. Portanto, as vítimas desse tipo de preconceito podem, com o passar do tempo e dos constantes atos de violência, abandonar os estudos por não aguentar mais tamanho sofrimento. Observa-se na fala da professora a percepção subjetiva no momento da fala “joga futebol” como se fosse atividade exclusiva de meninos, não sendo permitida para meninas. Há também, por parte do professor, o preconceito gerado a partir da sexualidade, quando menciona o fato da menina não passar batom, de se arrumar e de andar de forma diferente. Fica evidente o sexismo apresentado pela professora quando se reporta a determinadas atitudes não “condizentes” a uma menina. Isso significa que há *bullying homofóbico* por parte de alunas, alunos e também por parte da professora na escola G.

Torna-se interessante salientar que em meio aos preparativos para a realização da pesquisa, o autor foi convidado para participar de uma iniciativa proposta pela 2ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), com sede no município de São Leopoldo, na tentativa de reduzir a violência existente nas escolas e nas imediações das escolas. A ideia, já mencionada anteriormente, é de criar mediadores de conflitos em cada escola, começando pelas escolas Leopoldenses. Com esse projeto sugerido pela 2ª CRE, possibilita que alun@s e professor@s consigam identificar e prevenir positivamente os conflitos locais.

Outra reportagem observada pelo autor foi a vinculada no Jornal VS do dia 25/11/13, ANEXO D, onde o repórter aponta para o elevado custo à economia, gerado por não cuidar dos jovens brasileiros. Um dos entrevistados pelo jornal aponta que essa problemática poderia ser resolvida pela escola, pois “passar por processo escolar é estar em amplo processo de negociação... a morte por assassinato evidencia total ausência de regras socialmente estabelecidas”. Portanto, há a necessidade de se oferecer aos jovens de escolas, principalmente de escolas vulneráveis socialmente, uma possibilidade de visualizar/respeitar as regras socialmente estabelecidas em nossa sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi o de analisar, a partir dos relatos de professor@s, as manifestações explícitas e implícitas de violência de gênero ocorridas em escolas do município de São Leopoldo/RS, em 2013, cometidas por alun@s em ambiente escolar. Para atingir o objetivo, foram realizadas sete entrevistas com professor@s de escolas atendidas pelo PROERD.

Ao refletir sobre os resultados encontrados, observou-se certa dificuldade em evidenciar, a partir da percepção d@s professor@s, manifestações de violência de gênero nas escolas e no período estudado. Tal aspecto pode conduzir, em um primeiro momento, ao entendimento de que os resultados obtidos responderam, em parte, ao objetivo geral, uma vez que não foram evidenciadas manifestações salientes de violência de gênero. Sendo assim, os resultados indicaram que não foi percebida, pel@s professor@s entrevistados, nenhuma manifestação de violência explícita ou implícita de gênero. Uma das reflexões possíveis é que isso pode estar ligado a não-percepção de atos de violência de gênero, podendo estar relacionado a certo desconhecimento da maioria dos profissionais entrevistados sobre o tema. Nesse sentido, ao contrário dos resultados esperados pelo pesquisador, tais resultados podem estar indicando uma questão mais grave, uma vez que é muito preocupante o fato d@s professor@s não estarem percebendo manifestações de violência de gênero. É possível conjecturar dois motivos para esse "embotamento perceptivo": falta de conhecimento sobre o assunto, bem como preconceitos d@s professor@s com relação à sexualidade. Se tais conjecturas têm um fundo de verdade, os resultados indicariam que a situação poderia se revelar ainda mais grave na medida em que manifestações de violência de gênero possam estar acontecendo nas escolas, mas não estão sendo percebidas/identificados por ess@s professor@s.

Como já foi dito anteriormente, manifestações de violência explícita de gênero entre alun@s não foram percebidas pel@s professor@s entrevistados. Porém, a partir das categorias que emergiram da análise de conteúdo, é possível relacionar com esse primeiro objetivo específico, as categorias *bullying* e *bullying homofóbico*.

Mesmo não estando diretamente relacionada às questões de violência de gênero, a questão do *bullying* foi uma realidade existente em quase todas as escolas estudadas. Mesmo que, muitas vezes, as atitudes de *bullying* não sejam percebidas

por professor@s, seus reflexos são sentidos de diversas maneiras por alun@s. De forma implícita ou explícita suas consequências são apresentadas e geram em suas vítimas sentimentos de dor, depressão e também podem acarretar suicídio. O resultado dessa violência é refletido de várias formas, entre elas, a ausência da vítima nas aulas. Esse tema, *bullying*, chamou a atenção pela quantidade de manifestações mencionadas por professor@s nas entrevistas. Percebe-se que é uma realidade existente na maioria das escolas e que carece de atenção e de um enfrentamento, apresentando sérias consequências às vítimas.

A categoria *bullying homofóbico* foi a mais relatada, para a surpresa do pesquisador. Manifestações de *bullying homofóbico* podem ser entendidas como de violência de gênero, pois, em tese, quem sofre *bullying homofóbico* não está adequado aos papéis sociais de gênero, já mencionados por Grossi, (1998). Percebe-se na fala de professor@s e também de alun@s essa violência que é apresentada na forma explícita. Já para Welzer-Lang, (2001, p. 465) a violência ocorre quando há “a discriminação contra as pessoas que mostram algumas qualidades (ou defeitos) atribuídas ao outro gênero”. Há necessidade de familiarizarse e de compreender alternativas de prevenção a esse tipo de violência e também de se ter profissionais preparados e capacitados para interagir e erradicar atos de violência nessas instituições. Por isso, nada melhor do que @ professor@ para introduzir esses assuntos durante suas aulas. Portanto, justamente por ser a escola um espaço social, é que há a necessidade de se apresentar um espaço seguro e, acima de tudo, promover o respeito sem discriminação por orientação sexual ou por identidade de gênero.

Já os resultados do segundo objetivo específico podem ser relacionados às categorias de preconceitos, relacionadas a gênero e a currículo oculto. Ainda que os dados não tenham explicitado que @s professor@s identificaram manifestações de violência de gênero implícita, ainda assim a relação com os elementos, preconceitos relacionados a gênero e currículo oculto, podem ser relacionados com esse segundo objetivo específico.

Por meio da análise das evidências da existência de preconceitos d@s professor@s relacionados ao gênero, pode-se conjecturar o quanto esse elemento interfere nas atitudes d@s professor@s em lidar de maneira adequada quando diante de manifestações de violência de gênero na escola. Pergunta-se: como agir de maneira adequada quando o próprio entendimento de manifestações que possam

vir a acontecer fica prejudicado diante de um embotamento da percepção dess@s professor@s, por conta de juízos pré-concebidos sobre gênero. Uma das consequências que podem advir é a dificuldade de prevenção desse tipo de violência. Por exemplo, @ professor@ jamais poderá tecer algum comentário que possa servir de referência para alun@s em ambiente escolar, sob pena de ser autor de violência de gênero contra seu próprio alun@. Salienta-se que tal comportamento pode-se apresentar de maneira bastante subjetiva, ajudando a perpetuar uma cultura de violência relacionada ao gênero. As dificuldades relatadas pelos docentes reafirmam a necessidade de um conhecimento aprofundado sobre o tema em questão, produzindo, de acordo com Louro (2007), espaços culturais e ambientes de igualdade e respeito para ambos os gêneros.

Outro aspecto que pode ter alguma relação com a percepção de manifestações de violência implícita é a categoria currículo oculto. Por meio do currículo oculto, de forma implícita, por exemplo, a escola impõe regras, valores, disciplina de alun@s. Muitas vezes, a escola acaba impondo regras internas específicas, gerando restrições aos estudantes dentro da sua própria escola. Um espaço onde deveria ser de proteção pode acabar se tornando inflexível, rígido e por que não dizer: promotor de violência. Essa violência pode ser desencadeada também pelos próprios professores que, de maneira autoritária, acabam adotando “maneiras” de corrigir determinados deslizos de alun@s. É importante dizer que se pode identificar uma limitação do método utilizado nesta pesquisa, pois se optou por verificar o tema da violência de gênero por meio da percepção de professor@s. Para surpresa do pesquisador, tais professor@s pareceram possuir uma “visão insuficiente”, uma vez que não conseguiram identificar situações de violência de gênero nas escolas. Mais do que dizer que não houve evidências de violência de gênero, pode-se compreender que tais professores não percebem muitas situações por eles vivenciadas como sendo de violência de gênero, como por exemplo, as inúmeras manifestações envolvendo preconceito d@s propri@s docentes. Tal achado torna a situação da violência de gênero ainda mais grave, pois se professor@s, dos quais se espera que saibam lidar com as várias situações diárias do ensino e do comportamento de alun@s (inclusive de violência em geral e também as de gênero), não percebem as situações de violência de gênero, como vão lidar com elas? Como vão instruir as alun@s? Como vão explorar tais situações de

maneira a construir novas possibilidades de relações entre @s alun@s? Qual é o papel social da mulher? Qual é o papel social do homem?

A escola pode ser um local privilegiado de combate à violência, mas, para isso, necessita de profissionais qualificados, permitindo a formação de valores e o compartilhamento do conhecimento. Para que isso seja possível, é preciso a participação de todos os atores envolvidos nesse processo que são @s professor@s, diretor@s, alun@s, funcionári@s, pais e mães e também o Estado.

Sobre o terceiro objetivo específico, elaborar um projeto de capacitação voltado a professor@s com o tema: “Violência de gênero nas escolas”, sugere-se a palestra como modo de sensibilizar professor@s com o tema e em um segundo momento, instrumentalizá-los com uma cartilha contendo conceitos importantes sobre o tema, conceitos sobre as categorias emergidas, rede de apoio e também conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Como se pode perceber, a violência de gênero é uma realidade existente nas escolas estudadas. Ela apresenta-se de várias formas e para que se possa prevenir a sua continuidade é necessário identificar medidas para que a escola se apresente como espaço seguro para seus integrantes. Por isso, propõe-se como produto aplicado, uma iniciativa de sensibilizar professor@s e dispor de uma cartilha para que esses profissionais possam utilizá-la para estudo, consulta e até mesmo para aula, tendo como finalidade a prevenção e a diminuição de manifestações de violência, especificamente manifestações de violência que envolvam “gênero”. São medidas como essa, que implantada e trabalhada de maneira séria e consciente, poderá contribuir para a diminuição de manifestações violentas em escolas.

7 PRODUTO FINAL

A presente dissertação contém dois produtos finais a serem aplicados para professor@s de escolas que participaram da pesquisa: palestra de sensibilização para professor@s e uma Cartilha contendo informações sobre o assunto, produtos que são relacionados entre si.

7.1 Palestra de sensibilização para professor@s

Com o título de “Violência de Gênero: O que é isso professor@?” o autor busca a sensibilização através de uma palestra, onde serão abordados os temas trazidos pelo autor durante a realização da pesquisa e também os temas que surgiram após a análise dos resultados. Esses temas compreendem: Violência, Gênero, Violência nas escolas e Violência de gênero nas Escolas.

Para o início da palestra, o autor pretende abordar, através de conceitos trazidos no referencial teórico, temas como violência, gênero e violência de gênero. O autor pretende abordar assuntos, relacionados ao tema, utilizados durante a realização da pesquisa, bem como as categorias emergentes com os dados coletados. Além disso, apresentar-se-á conteúdos de apoio como *links* e *vídeos* sobre violência de gênero.

Ao final da palestra contarão, além de todo o material didático pedagógico ministrado ao longo da palestra, com uma cartilha contendo informações relevantes sobre o tema. Além disso, a partir da aplicação da palestra e compartilhamento da cartilha, tona-se possível uma construção conjunta de possíveis encaminhamentos e contatos que poderão ser realizados quando @s professor@s se depararem com situações que envolvam o tema em pesquisa.

7.1.1 Justificativa

Diante da realidade social e cultural que professor@s de escolas públicas e privadas se deparam nos dias de hoje, em sala de aula, surge a necessidade (extra) de qualificar-se sobre realidades contemporâneas. Como o gênero acontece a partir da construção social e a violência envolve questões como a desigualdade social, a escola é um lugar onde essas questões se encontram e se desenvolvem. Paralelo a

isso surge a possibilidade de aprofundamento do conhecimento sobre habilidades que se somarão com os saberes específicos de cada área aos professor@s. Pensando nisso, surge a proposta de sensibilizar professor@s que trabalham na rede pública e que trabalham com crianças em situação de vulnerabilidade social, com uma palestra voltada para a prevenção da violência de gênero em escolas atendidas pelo PROERD.

7.1.2 Objetivo

Com o objetivo de identificar e instrumentalizar docentes com informações e técnicas de trabalho em sala de aula, a palestra “Violência de Gênero: O que é isso professor@?” está voltada para a prevenção e também a erradicação de atos de violência de gênero existentes entre alun@s, tornando o docente multiplicador dessas ações. A possibilidade d@ professor@ refletir e discutir sobre o tema violência de gênero é a proposta trazida pela palestra.

7.1.3 Formato

Como as reuniões pedagógicas envolvendo professor@s são realizadas com uma carga horária de aproximadamente 2 horas e que a maior parte do tempo são destinada à formação, surge a possibilidade de desenvolver essa sensibilização, não havendo a necessidade de nova convocação em horário pré-agendado.

Com uma duração prevista de 60 minutos, a palestra busca abordar conceitos, aspectos legais referentes ao tema e rede de apoio, que auxiliarão no combate a esse tipo de violência. Utilizando-se de dados obtidos através da pesquisa, pretende-se contextualizar/familiarizar os professor@s sobre ocorrências em escolas. Partindo de um histórico social e cultural do homem e da mulher na sociedade, passando por um período de grandes desigualdades sociais, chegando até a atual construção social do ser feminino e do ser masculino. Serão abordadas questões acerca das desigualdades sociais existentes dentro do universo escolar, verificando como isso acontece quando a violência se insere na dinâmica das relações sociais. Serão abordados, através de reflexão, os papéis sociais do homem e da mulher, trazendo como questionamento o magistério como um papel social já determinado. Outro ponto a ser debatido será a questão dos estereótipos trazidos

pela sociedade, que muitas vezes são reproduzidos sem conhecimento. Ao final da sensibilização, professor@s contarão com um material para aprofundar-se e também com uma lista de contatos de órgãos de apoio.

Essa palestra se realizará nas escolas, durante os encontros pedagógicos a serem combinados com a direção da escola, pelo fato de abranger o maior número possível de profissionais que se encontram para orientações relativas à escola. Essa estratégia ocorre em virtude de aproveitar o tempo da reunião, que concentra um maior número de profissionais reunidos para realizar a sensibilização. Para a realização da palestra, será utilizado um notebook, um projetor multimídia e também o material desenvolvido pelo autor (cartilha).

7.1.4 Metodologia

A palestra busca, através dos conceitos trazidos por especialistas no assunto, desenvolver uma linha de ação que será adotada de acordo com a realidade existente em cada escola, contando com o apoio dos órgãos competentes em casos de contravenções penais cometidas por crianças e adolescentes; entre eles a Brigada Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar e Centro de Referência e Apoio à Mulher de São Leopoldo (Jacobina).

A metodologia utilizada na palestra será da seguinte forma: Inicialmente serão abordados alguns conceitos importantes para o entendimento sobre o tema; em seguida serão abordados alguns vídeos que possibilitarão a visualização; e para finalizar, será distribuída uma cartilha como material de apoio aos professor@s. Para cada assunto abordado, será disponibilizado o tempo de 10 a 15 minutos, totalizando 45 minutos de explanação, proporcionando nos 15 minutos finais um debate e futuros questionamentos.

Com relação à violência, será abordado o conceito trazido por Safiotti (2004) conforme consta na dissertação. Além disso, buscar-se-á abordar os tipos de violência e também a maneira de como aparecem (conforme quadro disponível no corpo do trabalho). Com relação a gênero, o autor busca popularizar esse assunto de maneira a inserir tais conceitos utilizados na pesquisa na prática do dia a dia em sala de aula. Serão utilizados os conceitos trazidos por FARIAS (2011), STOLKE (2004), CORNAGLIA (2004) e SCOTT (1995) para aprofundar sobre o tema.

Em relação à violência de gênero, o autor pretende difundir os diversos tipos de ocorrências existentes no ambiente escolar, tendo como autores não só estudantes, mas também professor@s, diretor@s e a própria escola. Serão utilizados os conceitos trazidos por TAQUETE (2009) e LOURO (2007) para explicar sobre o tema. Para finalizar, o autor pretende, após ter feito toda a contextualização necessária para chegar ao objetivo final, que é a sensibilização através do conhecimento sobre o tema, propagar as diferentes formas de aparição desse tipo de ocorrência, bem como maneira de se identificar e de combatê-la. Serão utilizados alguns exemplos descritos durante a dissertação para exemplificar a violência de gênero ocorrida em escolas. Cabe salientar que toda a base teórica da palestra será a mesma utilizada na confecção da dissertação, bem como os vídeos e reportagens de jornais; serão abordadas as categorias emergentes da pesquisa.

7.1.5 Avaliação

No início da palestra os participantes receberão uma ficha de avaliação, conforme APÊNDICE C. Ao final da palestra, solicitar-se-á que @s professor@s, possam apontar os aspectos positivos, os aspectos que poderiam ser melhorados para a próxima apresentação, sugestões e também se aconselharia a palestra para outra escola. Nesta última pergunta o professor@ terá de justificar sua afirmação ou negação. O objetivo dessa avaliação é o de analisar a percepção dos ouvintes em relação ao assunto e aprimorar as futuras apresentações diante das contribuições sugeridas pelos participantes.

7.2 Cartilha Sobre Violência de Gênero

Com o título “Violência de Gênero: O que é isso professor@?” a cartilha servirá de apoio e reforço de tudo aquilo que foi apresentado com a palestra. O autor entregará para cada participante, uma cartilha contendo conceitos utilizados pelo autor durante a elaboração da dissertação, entre eles: violência, gênero e violência de gênero nas escolas. Além dessas informações referentes ao tema, @ professor@ poderá contar com uma relação de depoimentos de pessoas que trabalham em outros órgãos, que também realizam atividades que contribuem com o

tema. Esses depoimentos foram coletados a partir da assinatura do Termo de Autorização do Uso do Depoimento que consta em APÊNDICE D.

Esses depoimentos são de profissionais que trabalham nas seguintes instituições: Brigada Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar e Centro de Apoio e Referência à Mulher em São Leopoldo (JACOBINA).

Ao final da cartilha, @s professor@s poderão contar com uma lista de telefones úteis desses órgãos de apoio às escolas, para realização de encaminhamentos caso haja necessidade.

7.2.1 Justificativa

Tal iniciativa aflorou durante a realização da pesquisa, tendo em vista os resultados a partir da análise dos dados, que resultou na incompreensão do tema por parte da maioria dos professor@s. A presente sugestão está alicerçada também na disponibilidade de horário desses profissionais para desenvolver a capacitação.

Tal iniciativa justifica-se pelo fato de que assuntos relacionados à violência são temas que preocupam toda a comunidade escolar. Professor@s deparam-se com atos de violência implícita ou explícita e, muitas vezes, não estão capacitados para a sua identificação, bem como para tomar determinada ação ou para lidar com o problema. Este trabalho surge para explorar aspectos que envolvem a existência de violência de gênero presente em escolas atendidas pelo programa PROERD no município de São Leopoldo.

Justifica-se a cartilha pelo fato de facilitar o entendimento sobre o tema e por ser esse um material de fácil compreensão e manuseio. Possibilita uma leitura direcionada para cada tópico abordado, passível de compreensão rápida e fácil.

7.2.2 Objetivo

O objetivo da cartilha é instrumentalizar o professor@ para que ele possa utilizá-la como material de apoio em suas aulas, como referencial teórico em caso de pesquisa sobre o tema e também para melhorar a percepção d@s professor@s para reconhecer e agirem nas manifestações de violência de gênero na escola.

Os objetivos específicos que se pretende alcançar com a cartilha são: proporcionar ao professor@ um contato com o tema e oferecer a ele um instrumento que poderá ser utilizado por em sala de aula.

7.3 Formato

Para a produção da cartilha, utilizou-se do programa Corel Draw para a sua montagem, além da organização das ilustrações. Os profissionais que realizaram a montagem da cartilha, e também as ilustrações, são pessoas conhecidas do autor que, de maneira voluntária, ajudaram para na confecção do produto, não havendo custo para a sua produção. Para realização da Cartilha, o autor produzirá, de forma independente, a sua confecção e produção, sendo prevista a tiragem de 100 exemplares iniciais.

7.4 Metodologia

A metodologia utilizada na elaboração da cartilha seguiu uma linha onde aborda de forma escrita alguns conceitos importantes, em seguida traz ilustrações sobre os conceitos abordados e posteriormente traz alguns *links* de vídeos que poderão ser utilizados como ferramentas de trabalho em sala de aula. Para Sant'Anna (2007), as cartilhas são uma espécie de guia, tendo como proposta ser um caminho para as pessoas alcançarem, de maneira organizada, o conhecimento pretendido. Portanto, essa cartilha busca ser um guia para professor@s para consulta caso se depare com ocorrências envolvendo violência de gênero ou relacionada ao gênero. Para a autora, uma característica deste trabalho (cartilha) é que ele caminha em direção à didática das ciências, ou seja, consiste em uma elaboração de métodos de organização que possibilite o ensino (Sant'Anna, 2007).

Portanto, o presente material didático é de suma importância para a construção do conhecimento, pois possibilita promover a aprendizagem através de conceitos e, com isso, aproximar professor@s ao tema. Essa cartilha será o ponto de partida, possibilitando juntamente com a palestra, o processo de socialização do conhecimento.

7.5 Orçamento

A produção da cartilha foi feita de forma independente, contando com o auxílio de profissionais que trabalham na área e que também se dispuseram a colaborar com a realização deste produto. Foram impressos 100 exemplares da cartilha para distribuição nas palestras realizadas com professor@s das escolas que participaram da pesquisa. Os valores gastos para a realização da cartilha e os materiais utilizados na palestra serão adquiridos pelo autor, conforme dispostos no quadro abaixo.

Quadro 5 – Orçamento de gastos para produção da cartilha

DESCRIÇÃO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
Arte*	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Design e Diagramação*	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Elaboração*	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Impressão - incluindo material utilizado (papel couchê nº 12 e papel policromia 10,5 x 14,8 cm)	R\$ 9,80	R\$ 980,00
TOTAL:	R\$ 9,80	R\$ 980, 00

* Recursos próprios.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

REFERÊNCIAS

- ADLER, R. B.; TOWNE, N. **Comunicação interpessoal**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- ALMEIDA, Alexandre do Nascimento. **A construção de masculinidades na fala-em-interação em cenários escolares**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2009.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. As pesquisas sobre o efeito das escolas: contribuições metodológicas para a Sociologia da Educação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.2, p.435-473, 2007.
- ANTUNES, Deborah Christina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do *bullying* ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicol. Soc.** [online]. 2008, vol.20, n.1, pp. 33-41.
- BABIUK, G. A.; FACHINI, F. G.; SANTOS, G. N. Violência de gênero nas escolas: implicações e estratégias de enfrentamento. **XI Congresso Nacional de Educação**. Curitiba. 2013.
- BARBIERI, Camila Moter; LEÃO, Thássia Maria Soares. **O papel do psicólogo jurídico na mediação de conflitos familiares**. 2012. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0660.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: A proposta de Laurence Bardin, 1979. Disponível em: <http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html>. Acesso em: 01 de set. 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas**: psicologia do comportamento organizacional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 197 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.146p.
- BRASIL. Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. Brasília, 2012.
- CAMPOS, Herculano Ricardo; JORGE, Samia Dayana Cardoso. **Violência na escola**: uma reflexão sobre o *bullying* e a prática educativa. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 107-128, 2010.
- CAMACHO, L. M. Y. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 123-140, jan./jun.2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a09v27n1.pdf>>. Acesso em: 01 de set. 2013.

CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 185-193, jan./jun. 2003.

CHESNAIS, J. C. **O aumento da violência criminal no Brasil**. Justitia, São Paulo, v.59, n.177, jan./mar. 1997. Disponível em: <<http://www.justitia.com.br/links/edicao.php?ID=177>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CLAM/IMS/UERJ - Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Gênero e Diversidade na Escola. Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. **Caderno de Atividades**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR). Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR). Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://www.e-clam.org/downloads/Caderno-de-Atividades-GDE2010.pdf>.

CORNAGLIA, Graciela Patrícia. **Prevenção à violência contra as mulheres**. São Leopoldo: CEBI, 2010.

DICK, Hilário; FERREIRA, José Silon. **Para além de um monótono estribilho: violência e segurança na perspectiva juvenil**. São Leopoldo: CEBI, 2009.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Editora UFPR. nº. 39, p. 39-50. Curitiba. 2011

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. "O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 343-402.

ERBISTI, Marcella dos Santos. Homofobia: A sexualidade na escola, preconceito explícito ou velado? Monografia de especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. UaB/UnB. Brasília, 2011.

FARIAS, F. R. de. (Org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Ribeirão Preto: Paidéia, 2004.

GODOY, P. R. T. história do pensamento geográfico e epistemologia em geografia. Cultura Acadêmica. Editora UNESP, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar. "Identidade de Gênero e Sexualidade". **Antropologia em Primeira Mão**, nº. 24, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.

GUARESCHI, Pedrinho A.; SILVA, Michele Reis da. **Bullying**: mais sério do que você imagina. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde Escolar**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/pense.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

KRUG, E.; DAHLBERG, Linda. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, sup. 11, p. 1163-1178, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232006000500007. Acesso em: 13 de ago. 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 23. ed. Zahar. Rio de Janeiro, 2009.

LAVINAS, Lena. "Gênero, cidadania e adolescência". In: Madeira, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 11-43.

LOURENCO, Lélío Moura; SENRA, Luciana Xavier. A violência familiar como fator de risco para o bullying escolar: contexto e possibilidades de intervenção. **Aletheia [online]**. 2012, n.37, pp. 42-56. ISSN 1413-0394. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-0394201200100004 Acesso em: 18 de jul. 14.

LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane F.; GOELLNER, S. V.. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MAGALHAES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; RUIZ, Erasmo Miessa. Estigma e currículo oculto. **Rev. bras. educ. espec.**[online]. 2011, vol.17, n.spe1, p. 125-142.

MALDONADO, Maria T. **Os Construtores da Paz**: Caminhos da prevenção da violência. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, A. C. S. A violência nas práticas educativas e sua relação com o fracasso escolar. Congresso Ibero-Americano de Violências nas Escolas, 2., 2005, Belém do Pará. **ANAIS do II...** Belém, 2005.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, V.1, nº3, 2º semestre 1996.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Almir Almeida de. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. **Revista FACEVV**. Vila Velha ES. Número 4. Jan./Jun. 2010. p. 22-27. Disponível em <http://www.facevv.edu.br/Revista/04/OBSERVA%C3%87%C3%83O%20E%20ENTREVISTA%20EM%20PESQUISA%20QUALITATIVA%20-%20almir%20almeida.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 14.

OLIVEIRA, A. W. de. **Análise da violência em escolas públicas e privadas de bairros de classe social a, b, c do município de São Leopoldo – RS**. 2010. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2010.

PEZZINI, Anete Amorim. **Maria Emilia de Paula: a primeira prefeita do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. do Autor, 2009.

PROERD. **Manual de facilitação para o instrutor**. 2008.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão: o drama de Alberto e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. Violência de gênero contra as mulheres: desafios educativos para a garantia dos direitos humanos. **Estudos IAT**, Salvador, v.1, n.1, p. 174-191, jun. 2010.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANT'ANNA, Cristina Silva. **A Elaboração de uma Cartilha Educativa para a Restauração de Áreas Degradadas**. Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas. Florianópolis, 13 de novembro de 2007.

SCHEIDER, Adriana M.; *et al.* **Atuação Comunitária: Mulheres da Paz**, São Leopoldo: construindo sonhos na região oeste. Novo Hamburgo: Feevale, 2011.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila 1995.

SILVA, Algéria Varela. **Vulnerabilidade Social: Explicando o Conceito**. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Urbano. UFRGN. Setembro de 2010. Natal, RN. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST6Algeria.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2014.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, Cilon Freitas da. **O POLICIAL PROERD: Defensor dos Direitos Humanos**. Porto Alegre, 2012. Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização Ética e Educação em Direitos Humanos da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

SILVA, Fábila G. A. **Apresentando e analisando as causas da violência escolar**. 2013. Disponível em: <http://www.escrita.com.br/escrita/leitura.asp?Texto_ID=4047>. Acesso em: 15 ago. 2013.

STOLKE, Verena. La mujeres puro cuento: la cultura del género. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010426X2004000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2013.

STREY, Marlene Neves; BOTTON, Andressa; CADONÁ, Eliane; PALMA, Yáskara Ariral (Orgs.). **Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas**. EDIPUCRS, 2012.

TAQUETTE, S. R. **Violência entre namorados na adolescência**. Adolescência e Saúde, v.6, n.2, p. 6-12, 2009.

TORTATO, Cíntia de Souza Batista; CARVALHO, Marília Gomes de. **Gênero e Sexualidade no cotidiano escolar: sobre as resistências**. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278207820ARQUIVOModeloTextoCompetoFG9.pdf>. >. Acesso em: 15 ago. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO - Organização das Nações Unidas a para Educação, a Ciência e a Cultura. Resposta do Setor de Educação ao *bullying* homofóbico. Boas políticas e práticas em educação em saúde e HIV. Caderno 8 – Brasília: UNESCO, 2013.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUN, Sandra. Gênero na educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, volume 27, n.95, maio/ago. 2006.

WASELFISZ, Jacobo. **Juventude, violência e cidadania**: os jovens de Brasília. Brasília: UNESCO/Cortez, 1998.

WASELFISZ, Jacobo. **Mapa da Violência 2013**. Homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro. 2013.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, número 2, 2001.

YAMASAKI, Alice Akemi. **Violências no contexto escolar**: um olhar freiriano. São Paulo: FEUSP, 2007. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

APÊNDICE A – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

- 1- **Título da pesquisa:** Violência de gênero entre alunas e alunos nos relatos de professoras e professores de escolas atendidas pelo PROERD em São Leopoldo/RS.
- 2- Esta pesquisa tem por **objetivo:** A presente pesquisa busca analisar, a partir dos relatos de professoras e professores, as manifestações explícitas e implícitas de violência de gênero ocorridas em escolas do município de São Leopoldo/RS, no período de agosto a dezembro de 2013, cometidos por alunas e alunos em ambiente escolar.
- 3- Os **procedimentos** que serão realizados são os seguintes:
Entrevistas com o objetivo de analisar as manifestações de violência de gênero entre alunas e alunos, ocorridas em ambiente escolar, através dos relatos de professoras e professores de escolas municipais de São Leopoldo/RS.
- 4- Para a realização dos procedimentos especificados acima, solicita-se um pouco do seu **tempo** para as entrevistas e/ou gravação da interação com outros profissionais.
- 5- Ao participar deste estudo você estará **contribuindo** para que você e outros trabalhadores possam melhorar a compreensão/conhecimento sobre violência de gênero ocorridas em ambiente escolar.
- 6- Em qualquer etapa do estudo, você terá **acesso** à profissional responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é o MESTRANDO ARLINDO WEBER DE OLIVEIRA que pode ser encontrada no endereço Av. Victor Barreto, 2288, Bairro Centro, 92010-000 - Canoas, RS.
- 7- É garantida a **liberdade** da **retirada** de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição;
Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros informantes, não sendo divulgado a identificação de nenhum paciente.
- 8 - Você tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores;
- 9- **Não** há **despesas** pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.
- 11- O pesquisador assume o compromisso de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo Violência de gênero entre alunas e alunos nos relatos de professoras e professores de escolas atendidas pelo PROERD em São Leopoldo/RS.

Eu discuti com o pesquisador ARLINDO WEBER DE OLIVEIRA sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso a tratamento hospitalar quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste Serviço.

----- Assinatura do Participante

Data / /

(Somente para o responsável do projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste paciente ou representante legal para a participação neste estudo.

ARLINDO WEBER DE OLIVEIRA Data: __/__/__

APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas

01-Dados do entrevistado – História Profissional; Quando entrou no Município;
Disciplinas que leciona ou já lecionou.

02- Quais situações de violência de gênero que já aconteceram aqui na escola envolvendo alunos e alunas nesse segundo semestre? (Mais grave)

Situação

Situação B

Situação C

Nessa entrevista eu vou pedir que você relate essa situação (violência de gênero) desde o começo.

03- Voltando no tempo no dia que aconteceu essa situação, tu poderias me contar em detalhes como tudo aconteceu, como começou e como avançaram?

APÊNDICE C – Ficha de Avaliação da Palestra

FICHA DE AVALIAÇÃO DA PALESTRA ***VIOLÊNCIA DE GÊNERO: O QUE É ISSO PROFESSOR@?***

1 – ASPECTOS POSITIVOS A DESTACAR

-

2 – ASPECTOS QUE PODERIAM SER MELHORADOS

3 – SUGESTÕES

4 – VOCÊ ACONSELHARIA ESTA PALESTRA PARA OUTRA ESCOLA?

SIM () NÃO () POR QUÊ?

APÊNDICE D – Termo de Autorização de Uso de Depoimento

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTO

Eu

_____, CPF _____,

RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador **ARLINDO WEBER DE OLIVEIRA**, CPF 97168858068, RG 1071343279, do projeto de pesquisa intitulado “**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS ATENDIDAS PELO PROERD (SÃO LEOPOLDO/RS): UM ESTUDO SOBRE OS RELATOS DE PROFESSOR@S**” a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do depoimentos para fins científicos e de estudos (cartilha sobre violência de gênero nas escolas), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

São Leopoldo, ____ de _____ de 20____.

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável pelo projeto

ANEXO A – Reportagem curso mediação de conflito

O 1º passo contra a violência nas escolas

Estado trabalha a mediação de conflitos

ISABELLA BELLI

APLICAÇÃO NAS ESCOLAS

São Leopoldo - Na tentativa de reduzir a violência nas escolas e suas imediações dos colégios, a 2ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) iniciou no Município o curso de mediação de conflitos escolares, dividido em quatro módulos. Ao invés de se discutir passivamente, o projeto busca o diálogo entre alunos, professores e equipes diretivas para encontrar novas soluções ao problema e fazer a violência na sua raiz. Até o fim do ano, em 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) de 60 cidades do Estado serão firmados 4,5 mil acordos, que farão 380 milhões de realização de conflitos em escolas estaduais.

O primeiro curso da 2ª CRE ocorre em São Leopoldo, e reúne 70 pessoas entre alunos e professores de sete escolas estaduais: Haydee Rosário, Prof.º Paschoal, Parque Tróia, Orla do Flores, Victor Becker, Frederico Schmidt e Visconde de São Leopoldo. Segundo a assessora da 2ª CRE, Marilena Sell, as escolas foram escolhidas por serem as mais vulneráveis ao problema. De acordo com ela, foi feito diagnóstico com as equipes diretivas de cada unidade de ensino para identificar e as que mais destacaram tipos de violência, como brigas entre alunos e grupos promovendo conflitos próximos às escolas, foram as selecionadas.

A iniciativa do projeto de mediação de conflitos é da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e cabe às coordenadorias colocar em prática. São Leopoldo foi a primeira cidade das 38 cidades pela 2ª CRE a receberem o curso, que no primeiro módulo foi mediado pela assessora do Programa Saúde Escolar da Seduc, Maribel Gutierrez. "O foco principal é fazer com que se construa dentro da comunidade escolar um espaço onde se possa buscar as respostas e soluções aos conflitos. É imprescindível que comecemos a se discutir isso com o aluno, os pais, professores e funcionários", diz a responsável pela 2ª CRE, Rosana Rodrigues Santos.

Como funciona

O primeiro módulo do curso de mediação foi um trabalho entre alunos e a realidade que explicou quais são os conceitos de violência, entre eles o bullying, o preconceito, além das violências físicas e verbal. Diante disso, os estudantes puderam também contar o que mais percebem nas merendas e nas salas de aula, como provocações, provocação, humilhações, palavrões, ameaças, fofocas, discriminação e agressões físicas. No segundo módulo serão estudadas as metodologias e processos de mediação. No terceiro, as contribuições da psicologia e a teoria dos conflitos. Depois dos três primeiros mó-

dulos os participantes farão exercícios práticos de mediação.

O quarto módulo será na forma de seminário, quando serão realizadas experiências práticas de cada um. A conclusão do curso está previsto para dezembro, quando serão entregues os certificados. O coordenador estadual das Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas Escolas (Cuprevos), Alexandre Alves, explica que jovens e adultos escolares afirmaram que eles mesmos gostariam de resolver casos de bullying nas escolas. "Significa que eles captaram o objetivo do curso, o que torna o trabalho muito mais fácil."

Comitê em cada escola

A ideia da formação é criar comitês em cada uma das escolas, para que alunos e professores consigam identificar e intervir positivamente nos conflitos locais. A aluna Armanda Claudine Klein Moraes, de 2º ano da Escola Victor Becker, é uma das participantes e diz que as orientações são importantes. "Agora sei como acabar com provocações, porque tem colegas que fazem de tudo para ver o cinco jogando fora."

O 1º passo contra a violência nas escolas

Estado trabalha a mediação de conflitos

São Leopoldo - Na tentativa de reduzir a violência nas escolas e nas imediações dos colégios, a 2ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) iniciou no Município o curso de mediação de conflitos escolares, dividido em quatro módulos. Ao invés de se discutir punições, o projeto busca o diálogo entre alunos, professores e equipes diretivas para encontrar novas soluções ao problema e frear a violência na sua raiz. Até o fim do ano, em 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) de 60 cidades do Estado serão formados 4,5 mil mediadores, que fundarão 380 núcleos de mediação de conflitos em escolas estaduais.

O primeiro curso da 2ª CRE ocorre em São Leopoldo, e reuniu 70 pessoas entre alunos e professores de sete escolas estaduais: Haydee Rostirolla, Emilio Boeckel, Parque do Trabalhador, Olin-do Flores, Victor Becker, Frederico Schmidt e Visconde de São Leopoldo. Segundo a assessora da 2ª CRE, Marileia Sell, as escolas foram escolhidas por serem as mais vulneráveis ao problema. De acordo com ela, foi feito diagnóstico com as equipes diretivas da rede estadual de ensino leopoldense e as que mais destacaram tipos de violência, como brigas entre alunos e grupos promovendo confusões próximo às escolas, foram as selecionadas.

APLICAÇÃO NAS ESCOLAS

A iniciativa do projeto de mediação de conflitos é da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e cabe às coordenadorias colocar em prática. São Leopoldo foi a primeira cidade das 38 cobertas pela 2ª CRE a receber o curso, que no primeiro módulo foi mediado pela assessora do Programa Saúde Escolar da Seduc, Maribel Gutierrez. "O foco principal é fazer com que se construa dentro da comunidade escolar um espaço onde se possa buscar as respostas e soluções aos conflitos. É imprescindível que comece a se discutir isso com o alunos, os pais, professoras e funcionários", diz a responsável pela 2ª CRE, Rosana Rodrigues Santos.

O primeiro módulo do curso de mediação foi um bate-papo entre alunos e a mediadora que explicou quais são os conceitos de violência, entre eles o bullying, o preconceito, além das violências física e verbal. Diante disso, os estudantes puderam também contar o que mais percebem nos corredores e nas salas de aula, como provocações, preconceito, humilhações, palavrões, ameaças, fofocas, discriminação e agressões físicas. No segundo módulo serão estudadas as metodologias e processos de mediação. No terceiro, as contribuições da psicologia e a teoria dos conflitos. Depois dos três primeiros mó-

dulos os participantes farão exercícios práticos de mediação.

O quarto módulo será na forma de seminário, quando serão relatadas experiências práticas de cada um. A conclusão do curso está prevista para dezembro, quando serão entregues os certificados. O coordenador estadual dos Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas Escolas (Copeves), Alejandro Jelvez, explica que jovens e adolescentes afirmam que eles mesmos gostariam de resolver casos de bullying nas escolas. "Significa que eles captaram o objetivo do curso, o que torna a tarefa muito mais fácil."

Comitê em cada escola

A ideia da formação é criar comitês em cada uma das escolas, para que alunos e professores consigam identificar e interferir positivamente nos conflitos locais. A aluna Amanda Cláudia Klein Morais, do 2.º ano da Escola Victor Becker, é uma das participantes e diz que as orientações são importantes. "Agora sei como acabar com provocação, porque tem colegas que fazem de tudo para ver o circo pegando fogo."



EM SÃO LEOPOLDO: módulo inicial reuniu autoridades no assunto e estudantes

NAS ESCOLAS DE SÃO LEOPOLDO

Mediação é 1ª lição contra a violência

Secretaria de Educação do Estado começa por escolas leopoldenses o projeto de criar mediadores de conflitos

Ideia é formar em escolas estaduais gaúchas 380 núcleos de mediação com a participação de 4,5 mil mediadores

PÁGINA 3

Fonte: Jornal VS. Disponível em: <http://digital.jornalvs.com.br/pub/sinos/index2/?numero=10694>. Acesso em: 08/09/2013.

ANEXO B – Reportagem Raio-x da cultura em São Leopoldo

São Leopoldo - Cultura, para alguns antropólogos e sociólogos, é o principal valor para se medir a capacidade de discernimento de um povo com a realidade em que vive. E é justamente a falta ou não desse bem na região que motivou estudo do Observatório Cultural Unilasalle, da Unilasalle, de Canoas. Realizado em setembro último, quantificou a oferta cultural nas 34 cidades que integram a Região Metropolitana de Porto Alegre. Entre elas, as cinco da área de abrangência do Jomal VS (São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio, Portão e Capela de Santana). A base foi a meta 31 do Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado em 2012, e que determina a oferta cultural por número de habitantes, em seis faixas. Essa oferta é medida na existência de espaços como museus, teatros, salas de espetáculos, arquivos públicos, centros de documentação, cinemas e centros culturais, fundamentais para democratizar o acesso e integrar populações a bens

e serviços culturais.

A conclusão revela que das cidades da região entre 100 e 500 mil habitantes, que compõem a faixa 5 do Plano Nacional de Cultura e onde está Sapucaia do Sul e São Leopoldo, apenas São Leopoldo atende a meta estabelecida. Ou seja, apresenta ao menos quatro tipos de equipamentos culturais, sendo que o plano estabelece que 60% dos municípios nessa faixa deveriam atender a quantidade mínima.

Nas cinco cidades, os números mostram a existência de cinema apenas em São Leopoldo e a ausência de Centros de Cultura em outras três. A maior oferta na região está em museus (três municípios), teatros e salas de espetáculos (em três), teatros (também em três cidades) e arquivo público ou centro de documentação (em três cidades).

“A ideia foi mostrar carenças e elencar a cultura, ampliando o debate de maneira qualificada”, diz o coordenador do estudo, o professor de Ciências Econômicas, Moisés Waismann.



Incentivo deve vir do município

O secretário adjunto de Cultura do Estado, Jeferson Assunção (foto) ressaltou a necessidade que se estabeleçam na região locais e órgãos gestores próprios para a cultura. Diz que secretarias municipais não podem tratar apenas de eventos. “É preciso fazer cidadania cultural e economia da cultura, o que gera um ambiente de combate à violência, pois cultura representa um reforço afetivo do cidadão para com a sua cidade.” Para estreitar a relação com as prefeituras, diz que editais vêm sendo lançados pelo Estado, na busca de descentralizar a oferta, com a modernização de bibliotecas públicas. “Atualmente já temos 80 mas vamos chegar a 125”, enumera. “São quase 60 milhões de reais, sendo 5 milhões para modernização de bibliotecas e 1,3 milhão para desenvolvimento de cultura criativa, com benefício direto às prefeituras.”

A meta do PNC na região

O PNC estipula seis faixas, por número de habitantes, em que os municípios precisam contar com algum tipo de instituição ou equipamento cultural. Das cinco cidades da região avaliadas no estudo do Observatório de Cultura do Unilasalle, apenas Esteio está na Faixa 4 (entre 60 mil e 100 mil habitantes e com pelo menos três tipos de equipamentos culturais); São Leopoldo e Sapucaia do Sul na Faixa 5 (entre 100 mil e 500 mil habitantes, com pelo menos quatro tipos); Capela de Santana na Faixa 2 (entre 10 mil e 20 mil habitantes, com pelo menos dois tipos) e Portão na Faixa 3 (entre 20 mil a 50 mil habitantes, com ao menos três tipos de espaço cultural).

Fonte: Jornal VS. Disponível em: <http://digital.jornalvs.com.br/pub/sinos/index2/?numero=10765>.

Acesso em: 08/09/2013.

Proerd forma mais 600 alunos em São Leopoldo

Programa da BM previne contra violência e drogas

JÉFERSON CARDOSO

São Leopoldo - Um total de 600 alunos se formaram ontem no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), da Brigada Militar (BM), no anfiteatro Padre Werner, na Unisinos. Com isso, cerca de mil alunos se formaram nesse semestre no Proerd. Conforme o comandante do 25º Batalhão de Polícia Militar, tenente-coronel José Nilo Corrêa Alves, desde a criação do programa, em 2000, já se formaram mais de 24 mil pessoas na cidade. A turma dessa formatura era composta por estudantes dos 5º anos de cinco escolas municipais, cinco estaduais, uma particular e a Associação de



FESTA: formatura ocorreu no anfiteatro Padre Werner, na Unisinos, ontem à tarde

Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) da cidade.

“Esse trabalho tem como intenção fazer prevenção, evitando que crianças e adolescentes entrem no mundo

das drogas, o que faz não ser necessário no futuro ações da Brigada ou de outros órgãos para contenção”, explica. Segundo o coordenador estadual do Proerd, major

Cilon Frentas da Silva, o Vale dos Sinos está muito bem provido de instrutores. “Facilita para que possamos atingir o maior número de crianças possível.”

Fonte: Jornal VS. Disponível em: Acesso em: 08/09/2013.

ANEXO D – Custo por não cuidar dos jovens



Fonte: Jornal VS. Disponível em:

<http://digital.jornalvs.com.br/pub/sinos/index2/?numero=10841> Acesso em: 08/09/2013.

ANEXO E – Artigo Violência Escolar X Classe Social

VIOLÊNCIA ESCOLAR X CLASSE SOCIAL

Nos últimos anos o Rio Grande do Sul passou a ser associado ao fenômeno do crime e da violência. Tal fato é constatado através da mídia que veicula matérias mostrando rebeliões, conflitos entre a polícia e traficantes, etc. Os altos índices de violência apresentados na região metropolitana de Porto Alegre mostram a gravidade e a preocupação dos órgãos competentes frente a esta problemática. O município de São Leopoldo é retratado como um dos mais violentos do estado. Pertencente à região metropolitana de Porto Alegre, apresenta seu crescimento demográfico resultante principalmente de migrações, alavancado pelos preços mais baixos da terra, pelas facilidades de emprego e pelas áreas de expansão econômica.

Diante de uma sociedade juvenilizada em que os valores e atitudes éticas vêm se perdendo a cada dia, a escola tem o papel de instruir, orientar e preparar crianças e jovens para conviver em um mundo diversificado e em constante mudança. No entanto, tal função vem sendo ofuscada pelos diversos tipos de violência ocorrentes nesses locais. As escolas têm sido vistas muitas vezes como um local de desconforto, confrontos e autoritarismo. Isso ocorre, entre outros motivos, pelo fato de não oferecerem espaço para atividades que envolvam tolerância, solidariedade e relações respeitadas entre as pessoas. Os atos de violência atingem tanto escolas públicas quanto particulares, acarretando consequências à sociedade, tornando todos os indivíduos inseguros diante da violência.

No ano de 2010 um estudo questionando a relação existente entre violência e classe social e a confiança da comunidade nos órgãos de segurança (nesse caso a PM) foi conduzido em determinadas escolas públicas e privadas da rede de ensino no município de São Leopoldo/RS. Os resultados da pesquisa apontaram que a violência e o preconceito sofrido por alunos estão presentes em todas as escolas da rede de ensino público e privado no município independente da classe social a qual estão incluídas. Averiguou-se também que a segurança pública não recebe a confiança da comunidade escolar.

Através desses fatos constatou-se que a principal causa da relação violência/classe social se dá devido à proporção tomada pela violência. Não é a pobreza que causa a violência. Se assim fosse, áreas extremamente pobres do nordeste do Brasil não apresentariam índices muito menores do que aqueles verificados em áreas como São Paulo, Rio de Janeiro e outras

grandes cidades. O país estaria completamente desestruturado, caso toda a população de baixa renda ou que está abaixo da linha da pobreza começasse a cometer crimes.

A desconfiança demonstrada pela comunidade escolar advém de um pré-julgamento baseado em fatos históricos onde a polícia era tida como força repressiva da sociedade. Muitas opiniões foram formadas a partir de uma determinada época onde a ação mais enérgica da polícia foi utilizada como solução frente às transformações principalmente políticas. Outro fator de importante relevância é a corrupção que ocorre dentro desses órgãos, colocando em xeque o verdadeiro papel da polícia, corrupção essa gerada pelo desvio de conduta de policiais, alimentadas por más condições de trabalho, remuneração insuficiente, descredibilidade, falta de capacitação e plano de carreira mais digno.

Para uma mudança efetiva dessa realidade, algumas atitudes devem ser adotadas. Cabe à sociedade desmitificar esse conceito pré-existente de que a violência se dá onde a classe social é mais baixa. Os governos devem dispor de políticas educacionais de orientação frente a essa problemática, capacitando o corpo docente para preparar os educandos a intervir nessas questões. Os pais, por sua vez, devem manter-se próximos a realidade escolar de seus filhos, evitando assim que sofram com esse tipo de problema. No que diz respeito à polícia, propõe-se que a mesma deve adotar procedimentos adequados, de maneira que a sociedade sinta o comprometimento com o trabalho, resultando em confiança e respeito. Ações como essas não resolveriam toda a problemática, no entanto, a dedicação e o comprometimento de cada órgão responsável e da sociedade em geral amenizariam os altos índices de violência e reduziriam a atual estatística ocorrente no município de São Leopoldo.

Arlindo Weber de Oliveira.

Professor e Policial Militar.

ANEXO F – Artigo IX Semana Científica Unilasalle – SEFIC 2013**VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM ALUNAS E ALUNOS NA PERCEPÇÃO E NOS REGISTROS DOS PROFESSORES DE ESCOLAS ATENDIDAS PELO PROERD (SÃO LEOPOLDO/RS)**

OLIVEIRA, Arlindo Weber de,
BORGES, Maria de Lourdes (Orient.),
DE CARLOS, Paula Pinhal
(Orient.)

Área Temática: CIÊNCIAS HUMANAS

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar, a partir da percepção dos professores e dos seus registros, as manifestações explícitas e implícitas de violência, ocorridas em escolas do município de São Leopoldo/RS, cometidos por meninas e meninos em ambiente escolar. Salienta-se que a presente pesquisa encontra-se na fase do projeto.

Palavras-Chave: Gênero; Violência de Gênero

Introdução

O fenômeno da violência acompanha o ser humano há muito tempo, fazendo parte da vida cotidiana da sociedade, apresentando-se das mais diversas maneiras. Diante do contexto de constante convívio com situações de violência nas escolas contempladas pelo programa PROERD de São Leopoldo (RS), quando o primeiro autor deste estudo entrou no mestrado em Memória Social e Bens Culturais do UNILASALLE percebeu que há uma questão de pesquisa importante a ser estudada sobre o tema da violência nas escolas. A oportunidade de pesquisa gira em torno da busca pelo entendimento de como acontece a violência de gênero dentro das escolas que são atendidas pelo PROERD, nas quais trabalho como policial militar e instrutor do referido programa. Cabe ressaltar que as escolas não foram escolhidas aleatoriamente para fins deste projeto, e sim em função de que se encontram em situação de vulnerabilidade social no Município. Por conta disso, entende-se que o tema da violência de gênero é importante, especialmente em um contexto de escolas que se deparam frequentemente com tais situações. A importância do projeto reside também na proposta de construção de um produto que visa qualificar os professores sobre o tema violência de gênero, pretendendo instrumentalizá-los para lidarem melhor com tais situações. Pretende-se, portanto, contribuir através de material didático e de aplicação de um curso de formação para professores, totalizando 40h.

ANEXO G – Artigo X Semana Científica Unilasalle – SEFIC 2014**VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS: SENSIBILIZANDO PROFESSOR@S**

Arlindo Weber de Oliveira,
Maria de Lourdes Borges,
Paula Pinhal de Carlos
(UNILASSALE)

Resumo

Este artigo objetiva pensar em uma maneira para sensibilizar professores sobre o problema da violência de Gênero nas Escolas, como produto final do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais em fase de conclusão pelo primeiro autor. Procedeu-se a uma pesquisa aplicada sobre o tema em sete escolas em situação de vulnerabilidade social no município de São Leopoldo/RS. Os resultados apontam que o problema é nebuloso e que envolve questões tais como currículo oculto, violência implícita e explícita, bem como *bullying homofóbico*.

Palavras-chave: violência, gênero, escolas.

Área Temática: CIÊNCIAS HUMANAS

1. Introdução

Diante do contexto descrito de constante convívio com situações de violência nas escolas contempladas pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) de São Leopoldo (RS), percebe-se que há uma questão de pesquisa importante a ser estudada sobre o tema da violência nas escolas. A oportunidade de pesquisa gira em torno da busca pelo entendimento de como acontece a violência de gênero dentro das escolas que são atendidas pelo PROERD, nas quais o pesquisador trabalha como policial militar e instrutor do referido programa.

Por conta disso, entende-se que o tema da violência de gênero é importante, especialmente em um contexto de escolas que se deparam frequentemente com tais situações envolvendo violências dos mais diversos tipos. Muitas vezes, o fato de não pertencer ou de não respeitar o gênero oposto, é o fator motivacional para uma ação violenta. Em algumas manifestações de violência, relatadas por professor@s, o motivo de ações violentas era pelo fato de uma menina ir com uma roupa mais curta ou pelo fato de um menino estar brincando com meninas na hora do recreio, por exemplo.

A pesquisa surge diante de uma realidade escolar existente onde alun@s estão sendo vítimas/autor@s de atos de violência de gênero em ambiente escolar, às vezes de forma clara e de outras, subentendidas.

ANEXO H – Trabalho publicado no II Jornadas Mercosul

CULTURA DA VIOLÊNCIA SOCIAL: motivos para a experimentação de drogas por crianças

Arlindo Weber de Oliveira
Mestrando MSBC
Orientadora - Maria de Lourdes Borges

Este trabalho objetiva apontar quais os motivos que levam crianças que frequentam as escolas cadastradas no programa PROERD, a experimentar bebida alcoólica ou cigarro, bem como entender se já sofreram violência física ou psicológica por causa das drogas. Além disso, interessa entender a participação das famílias com quem os alunos convivem, na iniciação no consumo de drogas. Para atingir a esse objetivo, foi realizada uma pesquisa quantitativa com 310 sujeitos entrevistados. Os sujeitos da pesquisa são alunos que participam do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). O programa busca prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes do 5º ano do ensino fundamental de escolas municipais e estaduais cadastradas no do município de São Leopoldo/RS. Busca também, ajudar a reconhecer as pressões e a influência diária para usarem drogas, os perigos que as drogas causam e o fortalecimento da cultura da paz e a construção de uma sociedade mais feliz. Durante o desenvolvimento do programa, os alunos das turmas contempladas pelo programa, identificaram os tipos de pressões existentes, as consequências do uso das drogas e também os tipos de violência. Para efeito dessa pesquisa, as escolhidas foram o álcool e o cigarro (drogas lícitas). Os resultados mostraram que os motivos que levam as crianças em estudo a experimentar álcool ou cigarro são, por ordem, curiosidade (55%), alguém mais velho em casa fazer uso de bebida ou cigarro (39%) e a pressão dos amigos (6%). Mostraram também que 5% das crianças já sofreram agressão física, 5% já sofreram agressão psicológica e 16% já sofreram as duas. Além disso, 24% dessas crianças já viram alguém da família sofrer agressão física e/ou psicológica. O que ficou evidente no resultado foi à participação das famílias como sendo, na grande maioria, as responsáveis pela iniciação e consentimento no consumo de drogas de grande parte das crianças e adolescente da pesquisa em questão, sendo que 32% das crianças já fizeram uso de bebida alcoólica, ao menos uma vez, e 18%, mais de uma vez.